



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Pacto para o Desenvolvimento e Coesão  
Territorial do Alentejo Central - Proposta  
de Sistema de Monitorização**

**Luís Miguel Horta Metrogos**

Orientação:

Professor Doutor Paulo Alexandre Neves  
Martinho Neto

Professora Doutora Maria Teresa Folgôa  
Batista

**Mestrado em Políticas Públicas e Projectos**

Relatório de Estágio

Évora, 2018





**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Pacto para o Desenvolvimento e Coesão  
Territorial do Alentejo Central - Proposta  
de Sistema de Monitorização**

**Luís Miguel Horta Metrogos**

Orientação:

Professor Doutor Paulo Alexandre Neves  
Martinho Neto

Professora Doutora Maria Teresa Folgôa  
Batista

**Mestrado em Políticas Públicas e Projectos**

Relatório de Estágio

Évora, 2018



“Inicio assim um «aprendizado» durante um certo período, enquanto o desenho avança a partir de hipóteses, críticas e, conseqüentemente, respostas às críticas. Todo o processo segue substancialmente este percurso. É evidente que quando mais profundas são as críticas, menor é a probabilidade de insucesso, e por mais incrível que possa parecer, maior é a autenticidade.”

Álvaro Siza Vieira



## AGRADECIMENTOS

O percurso realizado até este momento, aconteceu de múltiplas formas e em variados contextos, no entanto o auxílio foi uma constante que obtive nesta aprendizagem. O intrínseco acompanhamento daqueles que me foram mais próximos é na verdade aquilo que me permite agora fulgir no término desta etapa.

Pretendo assim, expressar o meu profundo reconhecimento a todos os que de algum modo foram uma bengala no percurso desenvolvido até ao culminar deste Relatório de Estágio.

A Universidade de Évora que me acolheu na realização da licenciatura e do mestrado, e especificamente aos professores que partilharam comigo os seus ensinamentos. Nomeadamente, o Prof. Doutor Adão Carvalho pelo seu acompanhamento ao longo do curso e pela disponibilidade que sempre demonstrou em ajudar em todos os momentos.

O meu eterno agradecimento ao orientador Prof. Doutor Paulo Neto pelo seu dom da palavra, pela capacidade de conseguir estimular o meu pensamento na ambição do conhecimento e sobretudo pela amizade.

A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central pela oportunidade de realizar o estágio curricular, e em particular a todos os colaboradores que me receberam de uma forma bastante familiar e me trataram de igual para igual.

Quero exprimir a minha enorme gratidão à orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Batista pela disponibilidade e, por acima de tudo, ter acreditado nas minhas capacidades concedendo-me a possibilidade de realizar o estágio.

A família é a pedra basilar daquilo que sou hoje, o meu agradecimento pela formação que me deram, pelos valores que me inculcaram e pelo carinho com que me fazem crescer. Mãe e Padrasto, o maior agradecimento é para convosco, são a minha bengala mais importante, sempre me deram condições para estudar e o incentivo para ser melhor.

Finalmente, um especial agradecimento à minha namorada, Lau. Foste quem mais partilhou este percurso comigo, foste quem mais viveu os meus momentos de política pública, foste o meu melhor dicionário e corretor.

A todos, por não me deixarem percorrer este percurso sozinho, o meu sincero obrigado.

## RESUMO

### PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DO ALENTEJO CENTRAL

#### – PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial apresentam-se como uma relevante inovação no período de programação 2014-2020, dado que evoluíram qualitativamente a partir da figura dos contratos de delegação de competências com a subvenção global que existiram no período anterior. Também no atual período de programação, o enfoque nos resultados é uma forte preocupação da União Europeia, pelo que os sistemas de monitorização são uma ferramenta essencial para a persecução dos objetivos da Política de Coesão 2014-2020.

Este relatório de estágio divide-se em três capítulos principais, primeiramente procura-se abordar um conjunto de temas que conduzam, numa ordem lógica, a um enquadramento teórico das políticas de base territorial e, conseqüentemente, dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com propósito de entender o racional das políticas de base territorial que são a base para estes instrumentos territoriais. O segundo capítulo acontece devido à experiência obtida durante o estágio curricular realizado na Comunidade Intermunicipal da Alentejo Central e resulta no enquadramento prático deste relatório, constituído por uma contextualização e análise detalhadas das atividades desenvolvidas. O último capítulo, pretende apresentar uma proposta de Sistema de Monitorização para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alentejo Central, visto que a monitorização é um processo fundamental para uma boa gestão e deve constituir-se como um instrumento tão importante como o próprio desenvolvimento da intervenção, apenas com o correto acompanhamento se consegue garantir o avanço em direção aos resultados esperados.

Palavras-chave: Abordagens Territoriais, PDCT, Monitorização.

Classificação JEL: R10, R52, R58.

## ABSTRACT

PACT FOR DEVELOPMENT AND TERRITORIAL COHESION OF THE ALENTEJO CENTRAL

– MONITORING SYSTEM PROPOSAL

The Pacts for Development and Territorial Cohesion are a significant innovation in the programming period 2014-2020, since they have evolved qualitatively from the figure of the delegation of competences contracts with the global subvention that existed in the previous period. Also, in the current programming period the focus on results is a strong concern of the European Union, and monitoring systems are therefore an essential tool for achieving the objectives of Cohesion Policy 2014-2020.

This internship report is divided into three main chapters. It is firstly intended to address a set of themes that will lead, in a logical order, to a theoretical framework of integrated approaches for territorial development and, consequently, the Pacts for Development and Cohesion Territorial, with the purpose of understanding the rational territorial-based policies that are the basis for these territorial instruments. The second chapter happens due to the experience obtained during the internship in the Intermunicipal Community of Alentejo Central and results in the practical framework of this report, constituted by a contextualization and detailed analysis of the activities developed. The last chapter intends to present a proposal for a monitoring system for the Pact for Development and Territorial Cohesion - Alentejo Central, monitoring is a fundamental process for good management and should be as important an instrument as the development of the intervention, only with the correct accompaniment can we guarantee the progress towards the expected results.

Key words: Territorial Approaches, PDTTC, Monitoring.

JEL classification: R10, R52, R58.

## RESUMÉE

### PACT POUR LE DÉVELOPPEMENT ET COHESION TERRITORIALE DU ALENTEJO CENTRAL – PROPOSITION DE SYSTEME DE SURVEILLANCE

Les Pactes pour le développement et la cohésion territoriale se présentent comme une importante innovation dans la période de programmation 2014-2020, depuis avoir évolué qualitativement à partir des contrats avec subvention globale qui existait dans la période précédente. De plus, dans la période de programmation actuelle, le point principal sur nos résultats est une forte préoccupation de l'Union européenne, de sorte que les systèmes de surveillance sont un outil essentiel pour la poursuite des objectifs de la Politique de Cohésion 2014-2020.

Ce rapport de stage se divise en trois chapitres principaux, vise au début répondre à un ensemble de questions qui mènent dans un ordre logique, au cadre théorique des politiques territorialisées et, par conséquent, des Pactes pour le Développement et la cohésion territoriale, afin de comprendre le rationnel des politiques territorialisées qui sont la base des instruments territoriaux. Le deuxième chapitre est dû à l'expérience acquise au cours du stage qui a eu lieu à la Communauté Intercommunale du Alentejo Central et qui arrive au encadrement pratique de ce rapport, élaboré par une contextualisation et analyse détaillée des activités développées. Le dernier chapitre, a l'intention de présenter une proposition pour un Système de surveillance pour le Pact suivi de développement et cohésion territoriale - Alentejo central, car la surveillance est un processus fondamental pour une bonne gestion et devrait constituer un instrument aussi important que son développement de l'intervention, seulement avec le correct accompagnement on peut réussir aux progrès vers les résultats attendus.

Mots-clés: approches territoriales, PDCT, surveillance.

Classification JEL: R10, R52, R58.



# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
RESUMÉE .....	vi
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	3
1 – ORIENTAÇÕES CONCRETAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020.....	4
2 – MUDANÇAS NA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020 FACE A PERÍODOS ANTERIORES.....	8
3 – RELEVÂNCIA DAS ABORDAGENS TERRITORIAIS NO ATUAL PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO.....	15
4 – NOVOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE BASE TERRITORIAL 2014-2020 .....	19
<b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO PRÁTICO</b> .....	24
1 – OBJETIVOS DO ESTÁGIO.....	24
2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRÁTICA DESENVOLVIDA .....	25
3 – ANÁLISE DETALHADA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	26
<b>CAPÍTULO III – PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL – PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO</b> .....	43
1 – DESCRIÇÃO DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL .....	44
1.1 – OBJETIVO .....	46
1.2 – ÂMBITO.....	46
1.3 – AÇÕES .....	48
1.4 – COBERTURA TERRITORIAL.....	48
1.5 – DURAÇÃO.....	48
1.6 – RECURSOS.....	49
1.7 – RESULTADOS ESPERADOS .....	49
2 – IDENTIFICAÇÃO DE ATORES .....	50
3 – ESTRUTURA DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL.....	51
3.1 – CONTRIBUTOS.....	51
3.2 – INTERVENÇÃO.....	51

4 – MONITORIZAÇÃO.....	54
4.1 – OBJETIVO .....	54
4.2 – RELEVÂNCIA.....	54
4.3 – PERTINÊNCIA.....	55
5 – SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO .....	55
5.1 – MATRIZ DE COERÊNCIA.....	55
5.2 – INDICADORES DE CONTEXTO.....	57
5.3 – DOMÍNIOS DE ANÁLISE .....	58
5.3.1 – MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO .....	59
5.3.2 – MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	60
5.3.1 – MONITORIZAÇÃO DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS .....	62
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>68</b>
BIBLIOGRAFIA .....	70
ANEXOS.....	74

## LISTA DE QUADROS

Nº	TÍTULO	PÁG.
1	Resumo da Estratégia Europa 2020	7
2	Prioridades dos fundos da Política de Coesão 2014-2020	11
3	Mudanças da Política de Coesão entre os períodos 2007-2013 e 2014-2020	13
4	Comparação entre o antigo e o atual paradigma da Política de Coesão	14
5	Estratégia Regional (NUTS III)	20
6	Atividades desenvolvidas durante a semana 1	27
7	Atividades desenvolvidas durante a semana 2	28
8	Atividades desenvolvidas durante a semana 3	29
9	Atividades desenvolvidas durante a semana 4	30
10	Atividades desenvolvidas durante a semana 5	31
11	Atividades desenvolvidas durante a semana 6	32
12	Atividades desenvolvidas durante a semana 7	33
13	Atividades desenvolvidas durante a semana 8	34
14	Atividades desenvolvidas durante a semana 9	35
15	Atividades desenvolvidas durante a semana 10	36
16	Atividades desenvolvidas durante a semana 11	37
17	Atividades desenvolvidas durante a semana 12	37
18	Atividades desenvolvidas durante a semana 13	38
19	Atividades desenvolvidas durante a semana 14	38
20	Atividades desenvolvidas durante a semana 15	39
21	Atividades desenvolvidas durante a semana 16	39
22	Atividades desenvolvidas durante a semana 17	40
23	Atividades desenvolvidas durante a semana 18	42
24	Atividades desenvolvidas durante a semana 19	41
25	Atividades desenvolvidas durante a semana 20	42
26	Atividades desenvolvidas durante a semana 21	42
27	Relação de intervenção entre a EIDT e o PDCT	45
28	Prioridades de Investimento consideradas no PDCT-AC	47
29	Valores contratados no PDCT-AC	49
30	Atores presentes no PDCT-AC	50
31	Racional dos eixos de intervenção do PDCT-AC	52
32	Programa de ação do PDCT-AC	53
33	Matriz de coerência entre os eixos de intervenção do PDCT-AC e os objetivos temáticos do Portugal 2020 - Acordo de Parceria	56
34	Indicadores de realização Portugal 2020 – Acordo de Parceria e complementares	64
35	Indicadores de resultado Portugal 2020 – Acordo de Parceria e complementares	65/66
36	Indicadores de resultado propostos	66/67

## LISTA DE FIGURAS

Nº	TÍTULO	PÁG.
1	Racional do Enquadramento Teórico	3

## LISTA DE SIGLAS

AC – Alentejo Central  
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão  
AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável  
AM – Área Metropolitana  
CCP – Código dos Contratos Públicos  
CE – Comissão Europeia  
CI – Conselho Intermunicipal  
CIM – Comunidade Intermunicipal  
CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central  
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária  
EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial  
EM – Estados-Membros  
FC – Fundo de Coesão  
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FEAMP – Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas  
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento  
FSE – Fundo Social Europeu  
GAL – Gabinetes de Ação Local  
I&D – Investigação e Desenvolvimento  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
ITI – Investimentos Territoriais Integrados  
n.º – Número  
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
p – Página  
pp – Páginas  
PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial  
PI – Prioridade de Investimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PME – Pequenas e Médias Empresas  
PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território  
PNR – Plano Nacional de Reformas

PO – Programa Operacional

POISE – Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego

PORA – Programa Operacional Regional Alentejo 2020

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos

PROT – Plano Regional de Ordenamento de Território

QCA – Quadro de Apoio Comunitário

QEC – Quadro Estratégico Comum

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RDC – Regulamento das Disposições Comuns

RIS3 – Estratégia de Inovação para a Especialização Inteligente

SI2E – Sistema de Incentivos ao Emprego e ao Empreendedorismo

TCE – Tribunal de Contas Europeu

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

UE – União Europeia



# INTRODUÇÃO

## OBJETIVO E METODOLOGIA

Neste relatório de estágio, realizado no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas e Projectos da Universidade de Évora, pretende-se traduzir num documento escrito a atividade prática desenvolvida no estágio curricular e construir um suporte teórico, inserido na temática das políticas públicas, que avance para além do retrato do estágio. Espera-se também demonstrar a relevância da possibilidade de realizar estágios curriculares de mestrado que, entre outras vantagens, constituem uma oportunidade para uma introdução mais eficaz no mercado de trabalho bem como para a colocação em prática dos conhecimentos teóricos adquiridos através da apresentação de uma proposta de Sistema de Monitorização para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

No que respeita à metodologia adotada, e com a preocupação de cumprir os objetivos deste relatório de estágio considerando a tecnicidade que o mesmo exige na finalização de um mestrado, optou-se por desenvolver um enquadramento teórico que cimentasse, através de uma base de investigação teórica, as políticas de base territorial enquanto reflexão necessária para o desenvolvimento de um relatório de estágio inserido no Mestrado de Políticas Públicas e Projectos. Em segundo lugar, elaborou-se um enquadramento prático com o intuito de demonstrar todo o percurso de análises, reflexões e trabalhos realizados durante o estágio curricular, com a finalidade de fundamentar as escolhas efetuadas no Sistema de Monitorização. Por último, desenhou-se uma proposta de Sistema de Monitorização para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que acompanhe as intervenções em direção aos resultados esperados.

## TEMÁTICA EM ESTUDO

A Estratégia Europa 2020, por onde se inicia este relatório, é um dos pilares mais fundamentais e colocará metas e instrumentos para avançar para o modelo de crescimento económico, garantindo a viabilidade dos sistemas sociais, como descreve José Manuel Barroso (Inforegio, 2013). A Política de Coesão, que procura contribuir para os objetivos da Estratégia Europa 2020, na reforma para 2014-2020 avançou algumas abordagens territoriais inovadoras para enfrentar os desafios da União Europeia (UE). Os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e conseqüentemente os PDCT são elementos inovadores que requerem uma combinação territorialmente mais específica e integrada de intervenções para aumentarem o seu impacto e potenciar desenvolvimento dos territórios (Ferry, Kah & Bachtler, 2018). De modo a garantir o

bom desempenho destes instrumentos e seguindo um dos objetivos da atual Política de Coesão, da lógica de intervenções direcionadas para os resultados, a monitorização é um processo essencial visto que estes instrumentos são implementados num contexto de governação multinível com demarcação de funções e responsabilidades, apenas com uma adequada monitorização se avança para a correta gestão (European Commission, 2014d).

O presente relatório é resultado do estágio curricular realizado na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), que é uma entidade intermunicipal, com natureza de associativismo municipal, englobando os municípios correspondentes à Unidade Territorial de Nível III (NUTIII) do Alentejo Central (AC). Rege-se nos termos do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que homologa o estatuto das entidades intermunicipais.

A CIMAC, bem como as restantes Comunidades Intermunicipais (CIM), desempenham no atual quadro comunitário um papel mais relevante nas estratégias para os territórios, visto que lhes foram dadas atribuições na elaboração das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e mais especificamente nos PDCT. No Alentejo a CIMAC destaca-se como promotora do planeamento e gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental no território e na realização e gestão de programas e estratégias de apoio ao desenvolvimento territorial, de maneira que foi a entidade que demonstrou as condições ideais à realização do estágio curricular ao possibilitar o contacto com abordagens territoriais e, nomeadamente, com PDCT-AC e o desenho do seu Sistema de Monitorização.

## ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Este relatório procura demonstrar os conhecimentos adquiridos e as realizações alcançadas durante o estágio curricular, para a sua melhor compreensão estruturou-se em três capítulos:

-Capítulo I - Enquadramento Teórico, no qual se pretende apresentar um enquadramento teórico que suporte os PDCT como objeto de estudo essencial neste relatório;

-Capítulo II - Enquadramento Prático, no qual se demonstra a experiência obtida e o percurso de trabalho durante o estágio curricular realizado na CIMAC; e

-Capítulo III - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Proposta de Sistema de Monitorização, o qual se constitui, primeiramente, por uma descrição do PDCT-AC e pelo entendimento da CIMAC em relação à monitorização e por último, pela apresentação uma proposta de Sistema de Monitorização para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alentejo Central.

## CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo visa apresentar um enquadramento teórico com base num conjunto de temas que suportem as abordagens territoriais e, conseqüentemente, os PDCT que são o principal objeto de estudo deste relatório.

Genericamente, pretende-se desenvolver um enquadramento estruturado no racional do desenvolvimento dos PDCT, desde a Estratégia Europa 2020 como envolvente global até chegar aos instrumentos de política de base territorial. Em seguida, apresenta-se um esquema organizado a partir de uma pirâmide invertida, que ilustra o gradual estreitamento do racional da política até chegar aos PDCT. Sintetiza-se na Figura 1, o racional concebido para este enquadramento teórico.

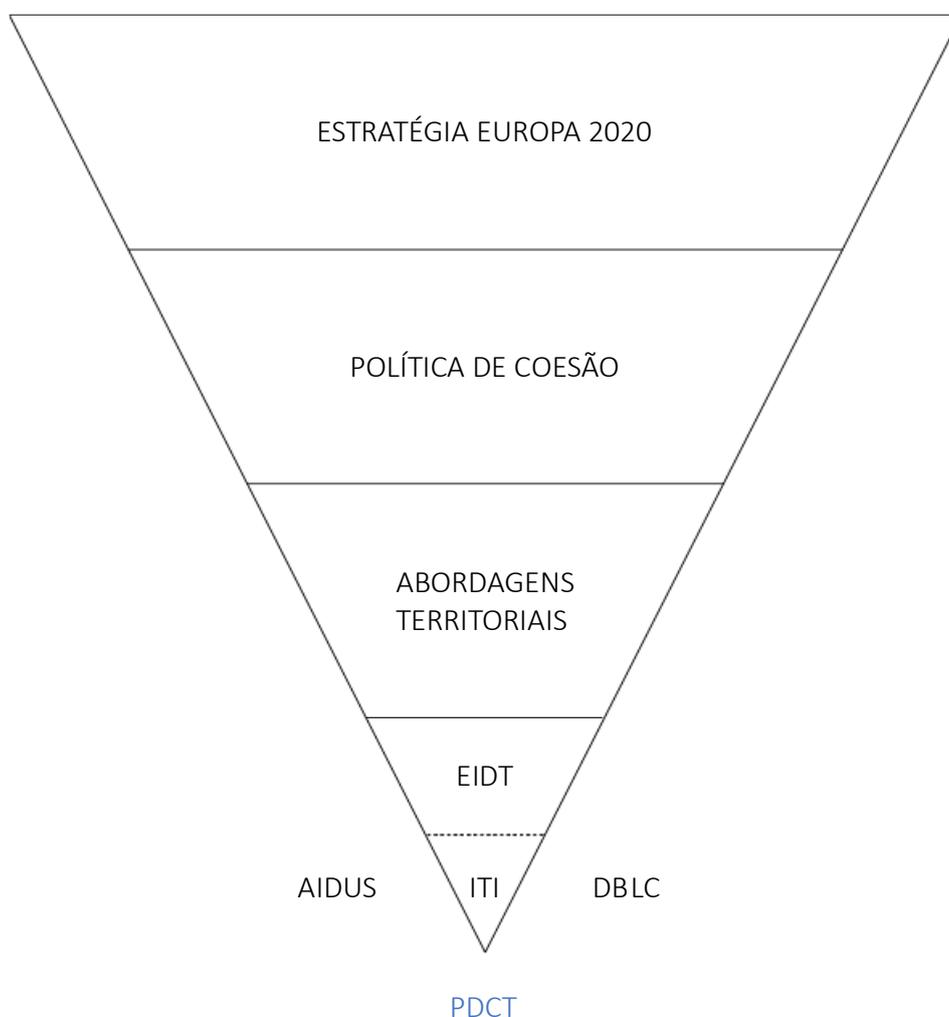


Figura 1 – Racional do Enquadramento Teórico.  
Fonte: Elaboração própria.

Em conformidade com a Figura 1, torna-se pertinente abordar em primeiro lugar a Estratégia Europa 2020, visto que é a referência na orientação das políticas no período de programação e financiamento comunitário 2014-2020.

Seguidamente, introduz-se a Política de Coesão que neste período de programação tem presente o enfoque temático de contribuir para os objetivos da Estratégia Europa 2020. A Política de Coesão apresenta algumas mudanças relevantes no período 2014-2020, e em especial atenção na sua dimensão territorial, onde surgem novos instrumentos de política de base territorial como uma forte orientação para UE.

Tendo em consideração a territorialização das políticas, seguem-se as abordagens territoriais que são sublinhadas no Acordo de Parceria Portugal 2020 como relevantes e pertinentes, e corporizam-se na Abordagem Integrada para o Desenvolvimento Territorial, com base em três instrumentos: ITI; Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC); e Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS). Importa entender a importância destes instrumentos e em particular os ITI, devido à sua materialização acontecer por meio dos PDCT, que são o cerne deste documento.

O propósito deste capítulo passa por abordar estratégias e políticas, no âmbito geral da UE, conducentes às abordagens territoriais e aos PDCT, de forma a entender o racional das políticas de base territorial.

## 1 – ORIENTAÇÕES CONCRETAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Existem desafios comuns a ultrapassar em todo mundo, a globalização, a demografia, as alterações climáticas, a emergência de novas potências, a decadência de instituições internacionais e a geopolítica da energia (Azevedo, 2008), como analisados num exercício de cenarização para o horizonte 2025.<sup>1</sup> Alguns destes desafios apresentam maior relevância na UE, como o envelhecimento da população, a gestão das migrações e o aprovisionamento energético.

Para enfrentar estes desafios a UE desenvolveu a Estratégia Europa 2020<sup>2</sup>, que constitui o referencial central das políticas comunitárias.

A Estratégia Europa 2020 apresenta-se como uma adaptação das principais linhas da Estratégia de Lisboa, em vez de uma reformulação totalmente radical (Pereira, 2011), partilhando aspetos comuns, como os de tornar a Europa mais dinâmica, competitiva e ambientalmente sustentável de forma a garantir um futuro mais próspero (Allulli, 2016). A atual estratégia direciona-se para elevados níveis de emprego, produtividade e de coesão social nos Estados

---

<sup>1</sup> Ver o exercício desenvolvido pelo *National Intelligence Council*, *As tendências globais em 2025: um mundo transformado*, em novembro de 2008.

<sup>2</sup> A Estratégia Europa 2020 (2010-2020), publicada a 3/3/2010, substitui a Estratégia de Lisboa (2000-2010).

Membros (EM), através de três prioridades simultâneas, um crescimento inteligente com uma economia baseada na investigação e inovação, um crescimento sustentável na perspetiva económica e ambiental e um crescimento inclusivo com a promoção da oportunidade de igualdades e com níveis elevados de emprego que assegurem a coesão social e territorial (Comissão Europeia, 2010).

De forma a maximizar estes três crescimentos a UE criou o Horizonte 2020, Programa-Quadro de Investigação e Inovação para o período 2014-2020 que se rege segundo o regulamento (UE) n.º 1291/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013<sup>3</sup>. O Horizonte 2020 tem um papel preponderante na realização da Estratégia Europa 2020, dado que proporciona o financiamento da investigação e inovação através da mobilização de investimento público e privado para a criação de novas oportunidades de emprego com desenvolvimento económico, inclusão social e competitividade industrial na Europa a longo prazo (Comissão Europeia, 2014b).

O crescimento inteligente pode ser muito auxiliado pela criação do Horizonte 2020, uma vez que a sua necessidade surge por um conjunto de fatores desfavoráveis na Europa, representados por investimentos inferiores em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação e por uma menor utilização das tecnologias de informação e comunicação, que acaba por se traduzir num registo da taxa de crescimento inferior à dos seus principais concorrentes, nomeadamente os Estados Unidos da América e a China (United Nations, 2012).

Desta forma, o objetivo do crescimento inteligente implica uma melhoria na educação, na investigação e inovação e na capacitação digital, conseguido através de três iniciativas emblemáticas (Comissão Europeia, 2010):

-União da inovação – “melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para reforçar a cadeia de inovação e acelerar os níveis de investimento em toda a União” (Comissão Europeia, 2010, p. 36);

-Juventude em movimento – “melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atração internacional do ensino superior da Europa” (Comissão Europeia, 2010, p. 36); e

-Agenda digital para a Europa – “acelerar a implantação da internet de alta velocidade e para que as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital” (Comissão Europeia, 2010, p. 36).

---

<sup>3</sup> *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/104. (revogação da Decisão nº 1982/2006/CE).

O crescimento sustentável torna-se relevante pelo que possibilita uma economia sustentável, aumentando a competitividade baseada em baixo teor de carbono (hipocarbónica)<sup>4</sup> e a eficiência na utilização sustentável dos recursos, promovendo uma sociedade de reciclagem e reutilização. Portanto, o crescimento sustentável assenta numa visão de uma Europa hipocarbónica e de recursos limitados, que contraria a destruição ambiental e da biodiversidade, sem descorar a coesão económica, social e territorial, conseguido através de duas iniciativas emblemática (Comissão Europeia, 2010):

-Uma Europa eficiente em termos de recursos – “destinada a contribuir para dissociar crescimento económico da utilização dos recursos, através da descarbonização da economia, do aumento da utilização das fontes de energia renováveis, da modernização do setor dos transportes e da promoção da eficiência energética” (Comissão Europeia, 2010, p. 36); e

-Uma política industrial para a era da globalização – “para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial” (Comissão Europeia, 2010, p. 36).

A importância do crescimento inclusivo aparece devido ao envelhecimento demográfico que reduz a mão de obra na UE, à fraca qualificação da população, à elevada taxa de desemprego, especialmente juvenil, e ao elevado número de pessoas em risco de pobreza. Face a isto, o crescimento inclusivo tem por base a capacitação das pessoas em vários âmbitos, com o propósito de formar uma sociedade coesa e conseguir um crescimento económico transversal a todas as regiões, sendo estes objetivos alcançados mediante duas iniciativas emblemáticas (Comissão Europeia, 2010):

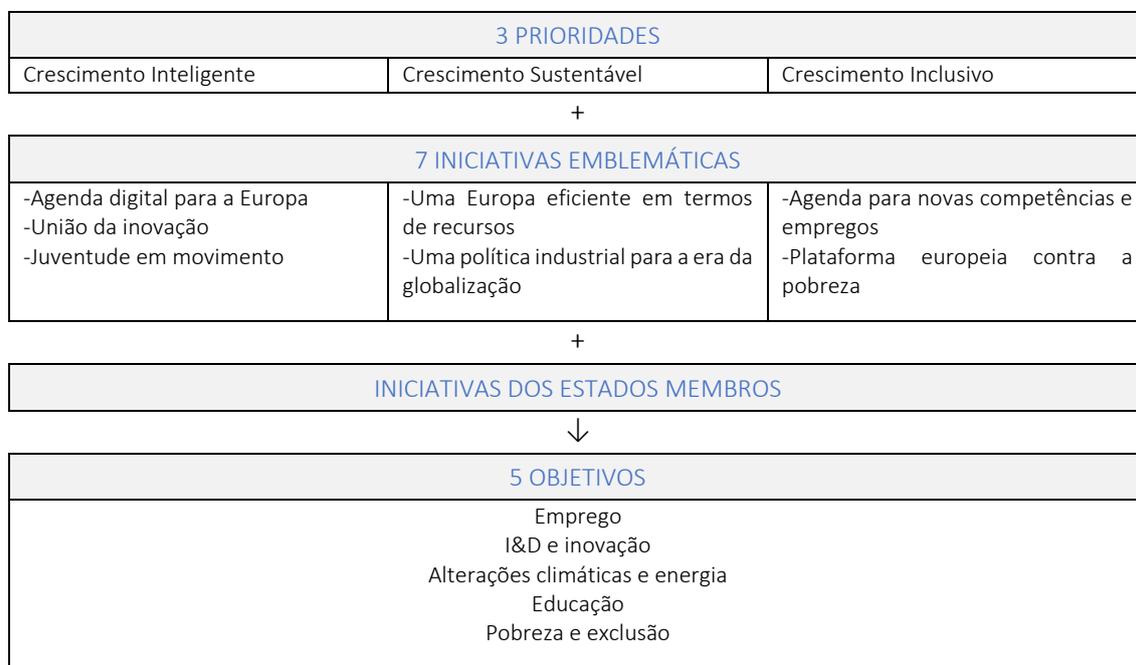
-Agenda para novas qualificações e empregos – “para modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade de mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura” (Comissão Europeia, 2010, p. 36); e

-Plataforma europeia contra a pobreza – “para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade” (Comissão Europeia, 2010, p. 36).

---

<sup>4</sup> Economia hipocarbónica consiste em que todos os setores apresentem baixas emissões de carbono.

No Quadro 1, resume-se a Estratégia Europa 2020 com a apresentação das três prioridades e das sete iniciativas emblemáticas correspondentes, e ainda as cinco áreas onde constam os grandes objetivos.



Quadro 1 – Resumo da Estratégia Europa 2020  
 Fonte: Elaboração própria baseada em: Comissão Europeia (2010).

Em seguimento da Estratégia Europa 2020, o governo português estabeleceu as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para o Acordo de Parceria Portugal 2020 que estrutura a programação dos FEEI para o período 2014-2020 (Matos, 2014). Ainda no mesmo âmbito, e tendo em conta o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o Governo de Portugal assumiu no seu Plano Nacional de Reformas (PNR) um conjunto de prioridades e metas relacionadas com os cinco objetivos da Estratégia Europa 2020, ou seja, o aumento do emprego, o investimento em I&D e inovação, o ambiente e energia, a qualificação das pessoas e o combate à pobreza e exclusão social (Governo de Portugal, 2014b).

A estruturação do Acordo de Parceria adotou uma intervenção referente a quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. E ainda, a dois domínios transversais: reforma da Administração Pública; territorialização das intervenções. Os domínios intervencionados refletem as dimensões essenciais aos constrangimentos de natureza estrutural que estão subordinados à intervenção dos Fundos Comunitários (Governo de Portugal, 2014b).

## 2 – MUDANÇAS NA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020 FACE A PERÍODOS ANTERIORES

Segundo o artigo 174º do TFUE, que diz respeito à coesão económica, social e territorial, compete à UE “promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União” e “reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas”.<sup>5</sup> De acordo com Johannes Hahn, a Política de Coesão, como principal política de investimento da UE e com mais de um terço do orçamento total, tem o objetivo de reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais (Inforegio, 2013), visto que com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa a coesão territorial passou a ser um objetivo constitucional da União. Atuando em domínios como a educação, o emprego, a energia, o ambiente, o mercado único, a investigação e inovação pretende complementar as políticas de UE.

A coesão continua a ser, bem como nos quadros comunitários anteriores, o princípio mais importante no crescimento da Europa, pode considerar-se o conceito como coesão territorial, uma vez que abrange a coesão económica e social (Comissão Europeia, 2004), e considerá-lo vital para um desenvolvimento sustentável e equilibrado regionalmente, reduzindo as assimetrias territoriais que limitam a prosperidade na Europa. Para Camagni, a coesão territorial só é possível com a intervenção em várias escalas, desde as macro-regiões até às abordagens regionais e locais, adotando assim uma visão transversal e multiescalar (Camagni, 2009).

Como avançou Rui Nuno Baleiras, a Política de Coesão contribui de forma mais eficaz para o desenvolvimento económico se estiver alinhada com o paradigma de desenvolvimento da UE (Baleiras, 2009).

Enquadrada na Estratégia Europa 2020, a Política de Coesão faculta o quadro de investimentos pertinente para assegurar a concretização dos objetivos de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo como referido por José Manuel Barroso (Inforegio, 2013). Através do suporte do Quadro Financeiro Plurianual a Política de Coesão direciona-se para todas as regiões da UE com o propósito de apoiar a competitividade, a criação de emprego, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

No atual período de programação foram introduzidas muitas alterações na Política de Coesão em relação ao período transato, nas quais se destaca a mudança no papel dos territórios enquanto objeto efetivo da aplicação da política.

Para o período anterior, o Relatório Sapir, que assentava na necessidade de melhorar o desempenho da União em termos de crescimento, propôs reorientar a Política de Coesão através

---

<sup>5</sup> *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (ex-artigo 158.º do TCE). Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 30/3/2010. C 83/127. (artigo 89.º do RDC).

dos fundos para o crescimento e promoção da competitividade, para a convergência dos países de baixos rendimentos e para a reestruturação, com destino a pessoas afetadas em todos os EM (Sapir et al., 2003).

Desta forma, observa-se uma mudança fundamental do propósito da política no período atual, talvez pela necessidade de resposta à crise, pois uma política para a convergência, competitividade e cooperação transformou-se numa política de investimento (Dotti, 2014).

Segundo Carlos Mendez e John Bachtler a reforma de 2013 da Política de Coesão abriu caminho a objetivos específicos mais claros e orientados para um desempenho mais forte com uma lógica de intervenção direcionada para os resultados. O foco nos resultados surge devido aos quadros comunitários anteriores utilizarem programas com objetivos mal definidos ou com aspirações demasiado elevadas, que acabaram por se traduzir numa insuficiência das intervenções em termos de resultados (Mendez & Bachtler, 2015).

Para além da focalização nos resultados, a reforma para a Política de Coesão 2014-2020 introduziu novas medidas que pretendem reforçar o seu desempenho, maximizando o investimento na coesão. Uma medida diz respeito às disposições das condicionalidades, as condições *ex ante* foram introduzidas com o intuito de garantir as condições necessárias para a aplicação mais eficiente e eficaz dos FEEI, ou seja, a partir de determinadas condições estabelecidas previamente espera-se que as intervenções da Política de Coesão não sejam afetadas por deficiências de contexto estratégico ou regulamentar, e as condicionalidades macroeconómicas respeitam um alinhamento com a nova governação económica. Outra trata sobre a reserva de eficiência, que obriga que a maior parte dos programas apoiados pelos FEEI mantenham uma reserva do financiamento total, a fim de permitir incentivos e recompensas pelos bons resultados e, por outro lado, sanções pela incapacidade de atingir as metas. Por último, o quadro de desempenho assume-se como um instrumento para todos os programas, que define objetivos e metas mensuráveis para um grau mais elevado de responsabilidade e compromisso (European Court of Auditors, 2017).

A utilização mais coerente dos fundos disponíveis foi uma das preocupações permanentes da reforma da política, de modo que para potencializar o impacto dos fundos na concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020, definiu-se um Quadro Estratégico Comum (QEC), normatizado no anexo I do regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013,<sup>6</sup> que apoia a determinação das prioridades de investimento em cada EM e nas suas regiões, fomentando sinergias através da complementaridade dos fundos e substituindo as Orientações Estratégicas Comunitárias relativas

---

<sup>6</sup> Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/412.

ao período anterior. Consequentemente, surgem os Acordos de Parceria, celebrados entre os EM e a Comissão Europeia (CE), que definem a contribuição global de cada país para os objetivos da Europa 2020 e estabelecem as políticas de desenvolvimento económico, social ambiental e territorial (European Commission, 2010; Comissão Europeia, 2015).

De acordo com a CE, a Política de Coesão rege-se segundo quatro princípios: concentração; programação; parceria; e adicionalidade (Comissão Europeia, 2014d).

Em primeiro lugar, o princípio da concentração que contém três características: a concentração de recursos, dado que a maioria dos recursos dos fundos converge para as regiões menos desenvolvidas; a concentração da despesa, que segue a regra N+2,<sup>7</sup> estipula que os fundos devem ser aplicados até ao final do segundo ano após a sua atribuição; e a concentração de esforços, na perspetiva em que os investimentos apoiados devem direcionar-se para as prioridades de crescimento.

Outro princípio subjacente é o da programação, que consiste no financiamento de programas nacionais plurianuais que contribuam para os objetivos da UE, ao invés de financiar projetos individuais.

O princípio da parceria define que na conceção de cada programa é necessário um processo coletivo que contemple toda a fase de programação, desde a idealização até à monitorização e avaliação, envolvendo as administrações europeia, nacional ou regional e local, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil. Esta operação permite que as medidas sejam adaptadas às realidades locais e regionais.

O último princípio, da adicionalidade, refere que a participação dos fundos não substitui as despesas nacionais dos EM, para que a contribuição dos FEEI provoque valor acrescentado. Para este fim, a Comissão estabelece com cada país o valor da despesa pública elegível para o período de programação e confere-o a meio e no fim desse período.

A Política de Coesão abrange todos os EM, disponibilizando fundos de apoio para todas as regiões da União (276 regiões, NUTS II). Contudo, as regiões são classificadas de acordo com o seu Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, numa relação com a média da UE, para que o nível de investimento esteja diretamente ligado com as necessidades de apoio e desenvolvimento. A partir desta classificação, os projetos podem ser financiados entre 50% e 85% do valor total de investimento (Inforegio, 2013).

---

<sup>7</sup> A regra N+2 refere-se às normas de financiamento dos FEEI, que implica a anulação das dotações orçamentais futuras, por parte da CE, se os fundos não forem gastos até a data prevista. A anulação torna-se automática caso não existam pedidos de pagamento até o final do segundo ano.

As classificações dividem as regiões em três classes na Política de Coesão 2014-2020 (Info regio, 2011):

- Regiões menos desenvolvidas: PIB per capita inferior a 75% da média da UE;
- Regiões de transição: PIB per capita entre 75% a 90% da média da UE; e
- Regiões mais desenvolvidas: PIB per capita igual ou superior a 90% da média da UE.

Existiram também alterações para os fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE, FC),<sup>8</sup> que são os instrumentos financeiros disponíveis para contribuir para os objetivos da Estratégia Europa 2020, com base num conjunto de prioridades estabelecidas no processo de consulta entre a Comissão Europeia e os países da União (Comissão Europeia, 2014d), no próximo quadro apresenta-se, genericamente, o objetivo e especificidade de cada fundo e a elegibilidade de cada região.

FUNDO	PRIORIDADES	ELEGIBILIDADE	ESPECIFICIDADES
FEDER	-Apoio a I&D; -Apoio às PME; -Agenda digital; -Economia de baixo nível de emissões de carbono.	-Regiões menos desenvolvidas; -Regiões em transição; -Regiões mais desenvolvidas.	-Nas regiões mais desenvolvidas 80% do fundo dedica-se a, pelo menos, duas prioridades. -Nas regiões em transição 60% do fundo dedica-se a, pelo menos, duas prioridades. -Nas regiões menos desenvolvidas 50% do fundo dedica-se a, pelo menos, duas prioridades. -Parte dos recursos são definidos especificamente para projetos hipocarbónicos.
FSE	-Emprego e mobilidade profissional; -Inclusão social e combate à pobreza; -Promoção da educação; -Eficiência da administração pública.	-Regiões menos desenvolvidas; -Regiões em transição; -Regiões mais desenvolvidas.	-20% do investimento destina-se à promoção da inclusão social e combate à pobreza; -A aplicação do fundo colocada na participação dos atores locais.
FC	-Investimento nos transportes; -Investimento no ambiente;	-Países com Rendimento Nacional Bruto inferior a 90% da média europeia; -Regiões em transição.	-Constituição do projeto TEM-T (rede transeuropeia de transporte); -Projetos que beneficiem o ambiente (eficiência energética e alterações climáticas).

Quadro 2 – Prioridades dos fundos da Política de Coesão 2014-2020

Fonte: Elaboração própria baseada em: Comissão Europeia (2015).

<sup>8</sup> O FEAMP e FEADER também contribuem para a Política de Coesão por estarem incluídos no Quadro Estratégico Comum.

Os instrumentos financeiros da Política de Coesão 2014-2020 obedecem a novas regras e legislação no atual período, que se regem segundo o regulamento (UE) n. ° 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013,<sup>9</sup> que estabelece as disposições comuns referentes aos cinco fundos estruturais.

A reforma da atual Política de Coesão também pretende simplificar a sua execução através da redução da burocracia e de um sistema simplificado, com regras comuns para os fundos do QEC e uma nova opção de programas multifundos. No atual período, a UE intenciona duplicar a utilização dos instrumentos financeiros, este objetivo torna-se possível devido à adoção de novas regras, mais abrangentes e coerentes, traduzidas na maior flexibilidade que os EM tem na escolha dos investimentos e estruturas de implementação, e num quadro de execução estável assente na orientação existente e experiências do território. O novo quadro legislativo visa uma utilização mais eficiente e sustentável dos recursos, para este efeito, existe ainda uma nova regra que permite a combinação de instrumentos financeiros com intuito de chegar eficazmente às necessidades específicas dos EM ou das regiões (Comissão Europeia, 2014c; 2015).

Alain Rousset adverte que com a utilização de programas regionais multifundos é possível financiar políticas estritamente direcionadas para as necessidades dos territórios e que sem isto, o financiamento europeu servirá somente como substituto do orçamento do Estado relativamente a políticas de âmbito nacional (Inforegio, 2011).

Outra mudança na atual Política de Coesão que também diz respeito ao território, e aos seus recursos endógenos, são as Estratégias de Inovação Regionais/Nacionais para a Especialização Inteligente – (RIS3), com base legislativa que define a estratégia de especialização inteligente no artigo 2º do regulamento (UE) n. ° 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013.<sup>10</sup>

A especialização inteligente<sup>11</sup> assenta no conceito de que não se pode apostar em tudo nas regiões, mas sim identificar determinadas áreas de conhecimento com potencial no território que sejam alvo de vantagens competitivas. De acordo com um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o crescimento das regiões é conduzido pela inovação e investigação e a especialização inteligente tem a função de colmatar falhas na passagem da teoria para a implementação, portanto para o contexto da RIS3, a especialização inteligente é vista como uma abordagem estratégica para o desenvolvimento económico com base na investigação e inovação (OECD, 2013).

---

<sup>9</sup> *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/320. (artigos 37.º - 46.º do RDC).

<sup>10</sup> *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/338.

<sup>11</sup> O conceito de especialização inteligente surge devido à fraca correlação entre ID e crescimento económico existente na UE e ainda, à necessidade de alinhar a ID com a inovação.

As RIS3 formam agendas de transformação económica integradas de base local, que acontecem com a identificação das características e ativos específicos de cada região para que, por meio de um processo conjunto dos atores interessados, se determinem as visões estratégicas de futuro sustentável para o território (Comissão Europeia, 2014a).

Na reforma da Política de Coesão para o período 2014-2020, as RIS3 assumem um papel essencial na estratégia da UE, na medida em que assentam no reforço da programação estratégica, na concentração temática e na orientação para os resultados (Governo de Portugal, 2014a). Acrescentando como novidade que, a regulamentação atual, exposta no n.º 4.3 do anexo I do regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013,<sup>12</sup> torna a especialização inteligente uma condição prévia para a iniciação da aplicação dos fundos estruturais, inserida nas condicionalidades *ex ante* anteriormente referidas. Deste modo, os EM foram obrigados a definir estratégias RIS3 previamente à aprovação dos Programas Operacionais de apoio a estes investimentos.

Foram expostas algumas das mudanças na atual Política de Coesão pertinentes para este racional, estas transformações da política acontecem devido a alterações que dizem respeito ao objetivo, ao foco estratégico, aos instrumentos financeiros e aos novos limites de alocação financeira dos países da UE, bem como a outros mecanismos que pretendem aumentar a eficiência do investimento. No Quadro 3 demonstram-se as principais mudanças entre os períodos 2007-2013 e 2014-2020 da Política de Coesão.

	PERÍODO 2007-2013	PERÍODO 2014-2020
OBJETIVOS	-Convergência -Competitividade regional e emprego -Cooperação Territorial	-Investimento no crescimento e criação de emprego -Alterações climáticas e eficiência energética -Cooperação Territorial
FOCO ESTRATÉGICO	-Estratégia de Lisboa	-Estratégia Europa 2020 -QEC e Acordos de Parceria
FUNDOS	-FEDER -FSE -FC	-FEDER -FSE -FC -FEADER e FEAMP (incluídos no QEC)
TIPOLOGIA DE FUNDO	-Monofundo	-Multifundo
ORÇAMENTO	-35,7% do orçamento da UE	-33% do orçamento da UE (42% nos 5 FEEL)
ALOCAÇÃO DOS ESTADOS MEMBROS	-4% do PIB	-2,5 do PIB

Quadro 3 – Mudanças da Política de Coesão entre os períodos 2007-2013 e 2014-2020.

Fonte: Elaboração própria baseada em: AD&C (2017).

<sup>12</sup> Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/414.

Por último e de forma a introduzir o próximo ponto, encontra-se outra mudança na reforma da Política de Coesão 2014-2020, relativa às questões territoriais e a uma nova abordagem das mesmas.

A Política de Coesão tem aumentado cada vez mais a sua influência na UE, atuando em vários domínios ao longo do tempo. O último foco incide na redução das disparidades regionais, contudo os esforços não têm alcançado os resultados desejados. De forma a contrariar esta tendência, a OCDE apresentou um racional de uma nova abordagem regional baseada na ideia de que todos os territórios possuem características únicas e oportunidades. Existe uma mudança de paradigma para o atual período, que pretende que cada região identifique e potencie os seus recursos endógenos, fomentando que aquilo que é intrínseco ao território pode ser o caminho para aumentar a competitividade e coesão territorial (OECD, 2009).

As alterações essenciais que traduzem o novo modelo da política consistem na orientação da intervenção pública para o aumento da competitividade das regiões através do seu potencial subutilizado, convertendo a abordagem setorial em projetos de desenvolvimento integrados que viabilizem uma abordagem territorial integrada. Por meio de uma intervenção mais funcional e de uma governação multinível pretende-se desenvolver políticas mais eficazes na promoção das regiões que terminem com as ações dispersas e focalizem os investimentos em objetivos estratégicos (Zuber et al., 2010). No Quadro 4, compara-se o antigo e o novo paradigma da Política de Coesão defendidos pela OCDE.

	ANTIGO PARADIGMA 2007-2013	NOVO PARADIGMA 2014-2020
OBJETIVOS	-Compensar temporariamente as desvantagens localizadas nas regiões menos desenvolvidas.	-Aproveitar o potencial subutilizado em todas as regiões de forma a aumentar a competitividade regional.
UNIDADE DE INTERVENÇÃO	-Unidades administrativas.	-Áreas económicas funcionais.
ESTRATÉGIA	-Abordagem setorial.	-Projetos de desenvolvimento integrados.
INSTRUMENTOS	-Subsídios e apoios do Estado.	-Instrumentos integrados de capital.
ATORES	-Governação central e regional.	-Governação multinível.
DIMENSÃO TERRITORIAL	-Abordagem regional homogénea, com base no <i>algoritmo de pobreza</i> .	-Abordagem territorial integrada, através de atividades de promoção do desenvolvimento.

Quadro 4 – Comparação entre o antigo e o atual paradigma da Política de Coesão.

Fonte: Elaboração própria baseada em: OECD (2009), Zuber et al. (2010).

A mudança de paradigma apresentada está paralelamente conceptualizada no Relatório Barca, onde se apresenta a política de base territorial fundamentada na ideia que uma política de inclusão social exógena deve ser baseada no local, uma vez que a eficácia de qualquer intervenção está à partida condicionada pelo lugar em que as pessoas se encontram. O Relatório Barca não deixa dúvidas quanto à sua importância na intervenção da racionalidade da Política de Coesão, e consequentemente nas mudanças de direção para o atual período de programação que foram descritas, visto que apresenta conceitos como a concentração das intervenções em poucos bens públicos, a estruturação estratégica da governação com base em 10 pilares e as abordagens de base territorial (Barca, 2009).

O Relatório Barca conceitualiza a UE como uma federação em processo de formação, que possui a Política de Coesão como principal instrumento para concretizar os objetivos e alcançar as expectativas dos cidadãos, ou seja, todas as pessoas deveriam beneficiar dos ganhos económicos da integração europeia, usufruir de igualdade no acesso às oportunidades criadas, assim como hipóteses iguais para enfrentar riscos e ameaças onde quer que vivam na UE. Através de uma justificação baseada em conceções políticas de justiça social e territorial, a idealização do Relatório Barca consiste numa abordagem de base territorial<sup>13</sup> para todas as regiões (Barca, 2009).

### 3 – RELEVÂNCIA DAS ABORDAGENS TERRITORIAIS NO ATUAL PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO

Para entrarmos no particular deste racional introduzem-se as abordagens territoriais, baseadas na alocação de recursos que promovam o potencial endógeno e as especificidades dos territórios, e que atualmente assumem um papel importante na Política de Coesão. Esta importância acontece devido à mudança do modelo político existente na UE, que surgiu com o suporte de dois documentos influenciadores das abordagens de base territorial, já referenciados no ponto anterior, o relatório da OCDE - *Regions Matter: Economic Recovery, Innovation and Sustainable Growth* (OECD, 2009) e o Relatório Barca - *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: a Place-based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations* (Barca, 2009), que entendem que existe um potencial territorial subutilizado em todas as regiões que impede o desenvolvimento da UE de modo coeso e sustentável.

Por outro lado, e apesar de não ser tão relevante para o pensamento que se pretende desenvolver neste documento, importa referir que o *World Bank* através do relatório *World Development Report: Reshaping Economic Geography* (The World Bank, 2009), define um racional

---

<sup>13</sup> Apesar de no Relatório Barca o autor referir que utiliza o termo “*place-based*”, em vez de palavras como “*region*”, “*territory*”, “*territorial*”, “*space*” e “*spatial*”, para evitar confusões de termos, utiliza-se na tradução abordagens “*territoriais*” ou de “*base territorial*” por ser mais coerente com o discurso desenvolvido.

para as políticas regionais em que o foco não está em todo o território, assumindo que o crescimento económico será sempre desequilibrado, a focalização está nas pessoas e, por conseguinte, nas regiões mais capazes de alavancar o desenvolvimento de todo o território (The World Bank, 2009).

A fim de entender as abordagens territoriais, importa encontrar uma definição que englobe o racional das mesmas, de acordo com Fabrizio Barca uma política de desenvolvimento de base territorial pode ser definida como:

“a long-term development strategy whose objective is to reduce persistent inefficiency (underutilization of the full potential) and inequality (share of people below a given standard of well-being and/or extent of interpersonal disparities) in specific places, through the production of bundles of integrated, place-tailored public goods and services, designed and implemented by eliciting and aggregating local preferences and knowledge through participatory political institutions, and by establishing linkages with other places; and promoted from outside the place by a system of multilevel governance where grants subject to conditionalities on both objectives and institutions are transferred from higher to lower levels of government” (Barca, 2009, p. 5).

Com esta conceptualização, descreve-se o racional das abordagens territoriais, que na opinião de Zwet, Bachtler, Ferry, McMaster, e Miller pode ser visto como uma interligação de dimensões, encontradas ao longo do atual período de programação<sup>14</sup> (Zwet, Bachtler, Ferry, McMaster & Miller, 2017). Estas dimensões encontram-se com clareza ao longo do relatório Barca, bem como noutros documentos.

A dimensão territorial pode estar na génese do modelo político que dá respostas aos problemas de eficiência e equidade identificadas na Política de Coesão, pelo que com uma integração funcional do território, que se sobreponha aos limites administrativos, e uma introdução de mecanismos de coordenação é possível harmonizar as intervenções e melhorar a sua eficácia. Os bens e serviços prestados beneficiam da adaptação ao local onde atuam, sendo aqui que a dimensão territorial assume maior relevância (Barca, 2009). A abordagem torna-se mais eficaz se for colocada a nível regional/local, alterando o foco que incide nos problemas do território, para o potencial de desenvolvimento individual dos mesmos (Slupinska, 2013).

Outra dimensão presente nesta definição das abordagens territoriais diz respeito à integração das intervenções, mais uma vez com o objetivo de uma melhor eficácia, pretende-se uma intervenção integrada no desenvolvimento regional e urbano. A criação de sinergias pode

---

<sup>14</sup> As dimensões descritas não estão exatamente explícitas na literatura de Fabrizio Barca, no entanto interpretam-se a partir de cada conceito inserido na definição das abordagens territoriais que autor desenvolve.

ser alcançada com a combinação de fundos e com estratégias integradas, que incluam iniciativas locais em áreas prioritárias (Zwet, Bachtler, Ferry, McMaster & Miller, 2017). De acordo com Peter Mehlbye, as abordagens de base local devem ser vistas com maior relevo devido à sua capacidade de “desencadear efeitos de sinergia e valorizar a economia europeia” (Inforegio, 2013).

As preferências e conhecimento locais são mais uma dimensão referida, que assume as abordagens territoriais com base no conhecimento territorial, preferências, experiência e especializações, ou seja, a partir de um nível local almeja-se uma abordagem mais integrada que fomenta um desenvolvimento territorial mais eficiente e eficaz (Barca, 2009). As intervenções devem ser assentes nas capacidades locais e na promoção de políticas públicas adaptadas localmente (OECD, 2009).

A última dimensão é relativa à governança multinível, um sistema em que a responsabilidade do desenho e implementação da política se distribui entre vários níveis de governação, focada na relação entre vários atores locais que privilegie a cooperação em rede<sup>15</sup> (Barca, 2009). Através da adoção de intervenções estruturadas em parcerias entre diversos níveis de governança, a política procura um modelo mais vertical que contraponha a sobreposição de lógicas horizontais existentes na UE, sustentando uma governação disponível para a governança multinível<sup>16</sup> (Barca, McCann & Rodríguez-Pose, 2012).

A interligação das dimensões expostas permite que as abordagens territoriais estejam mais capacitadas a acrescentar valor e a desempenhar um papel relevante nos EM, resultando num fortalecimento da sua importância no atual período de programação.

Existem vários objetivos que as abordagens territoriais pretendem alcançar, nos quais podemos destacar duas preocupações mais preponderantes que dizem respeito à equidade e eficiência da Política de Coesão. Estas preocupações são referidas tanto no relatório Barca como no relatório da OCDE, todavia são vistas de modo distinto, dado que os autores discordam na forma como a política deve proceder para alcançar estes objetivos.

A OCDE define que o objetivo da equidade pretende reduzir as disparidades financeiras entre pessoas e locais, enquanto o objetivo da eficiência procura promover o crescimento em todas as regiões, mesmo naquelas que possam ser relativamente ricas. Para a OCDE a equidade e eficiência não são incompatíveis, podendo na prática ser complementares e a política deve dar resposta às duas (OECD, 2009).

---

<sup>15</sup> Para aprofundamento sobre a cooperação em rede, consultar: Castells, M. (2008). *The Network Society*. Warsaw.

<sup>16</sup> Para aprofundamento sobre a governança multinível, consultar: Hooghe, L., Marks, G. (2001). *Multi-level governance and European integration*. Lanham, Maryland.

Numa forma aproximada, o relatório Barca define que o objetivo da equidade passa por garantir oportunidades iguais às pessoas, independentemente do local onde vivem, enquanto o objetivo da eficiência pretende utilizar o potencial absoluto de cada região. A discordância não acontece nas definições dos objetivos, mas sim quando o relatório Barca defende que deve existir uma clara distinção entre equidade e eficiência e, por conseguinte, nas intervenções em benefício de cada uma. Acrescentando ainda, que confundir equidade e eficiência pode traduzir-se em erros na implementação da política, pois uma política destinada a um objetivo pode não ser apropriada ao outro (Barca, 2009).

As abordagens territoriais surgem no atual período de programação como um avanço em direção aos objetivos UE, comparando com as abordagens setoriais existentes no antigo período.<sup>17</sup> Fabrizio Barca refere esta premissa como uma oportunidade perdida na Estratégia de Lisboa, que tem resultado na falta de eficácia das abordagens ao longo do tempo, pelo insucesso no desenvolvimento de um modelo político de base territorial (Barca, 2009):

“While the Community strategic guidelines, especially their first draft, reflected several important territorial themes, the opportunity was missed for cohesion policy to add - to the sectoral approach of the Lisbon strategies - the place-based dimension” (Barca, 2009, p. 93).

As anteriores abordagens setoriais não valorizavam suficientemente a dimensão territorial, o que desencadeava ações unidirecionais e políticas territorialmente cegas, ou seja, sem considerar nem possibilitar a adaptação da intervenção ao local. A insuficiência na utilização do potencial do território resulta na diminuição das capacidades das entidades locais na implementação e gestão da Política de Coesão. Com o intuito de reduzir esta ineficiência, as abordagens territoriais pressupõem que os processos de desenvolvimento contenham um carácter multidimensional, que permita ter em conta as condições sociais, económicas e ambientais do território, bem como a diversidade existente nas áreas de intervenção (Zuber et al., 2010; Slupinska, 2013).

Para resumir o entendimento sobre as abordagens territoriais, e apesar de não existir uma única forma de as descrever, encontram-se elementos frequentemente referidos pelos vários autores, nos quais se aborda o desenvolvimento de múltiplos setores através dos recursos endógenos do território, a implementação das intervenções por um conjunto de atores locais e a estruturação baseada na governança multinível. Portanto, através de abordagens de base

---

<sup>17</sup> Ver o Quadro 4 deste Relatório de Estágio – Comparação entre o antigo e atual paradigma da Política de Coesão.

territorial e considerando a economia como principal interesse, espera-se a capitalização dos pontos fortes inerentes ao território, o enfoque nas desigualdades e reconhecimento que todas as regiões têm potencial de desenvolvimento, a capacitação dos atores locais e a evolução da gestão para a governança multinível, com o objetivo de aumentar os níveis de eficiência e equidade da Política de Coesão.

A necessidade de desenvolver políticas mais eficientes e eficazes que as anteriores tornou-se no maior fator de desenvolvimento das abordagens territoriais, as intervenções para o crescimento necessitam de assentar em políticas baseadas no local de forma a atingir o desenvolvimento regional (Barca, McCann & Rodriguez-Pose, 2012).

#### 4 – NOVOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE BASE TERRITORIAL 2014-2020

A relevância das abordagens territoriais na reforma da Política de Coesão 2014-2020, como resposta aos múltiplos desafios que a UE enfrenta, traduziu-se na introdução de novos instrumentos de política de base territorial, em que o âmbito de aplicação incide em vários territórios. Os instrumentos focam-se no papel das cidades, áreas geográficas funcionais, sub-regiões com dificuldades geográficas ou demográficas e no desenvolvimento urbano sustentável, com o propósito de reforçar a resiliência dos territórios (Zwet, Miller & Gross, 2014).

No atual período de programação foram introduzidos novos instrumentos territoriais com base legislativa (Mendez, Bachtler & Wishlade, 2012) no regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013,<sup>18</sup> demonstram-se os mais relevantes<sup>19</sup> em conjunto com os artigos pelos quais se regem:

- Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Artigo 15º n.º 2);
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (Artigo 32º); e
- Investimentos Territoriais Integrados (Artigo 36º).

O Acordo de Parceria Portugal 2020, mencionado num ponto anterior deste capítulo, tem elevada consideração sobre a dimensão territorial ao sublinhar a relevância e pertinência das abordagens territoriais, inseridas nas Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (Governo de Portugal, 2014b).

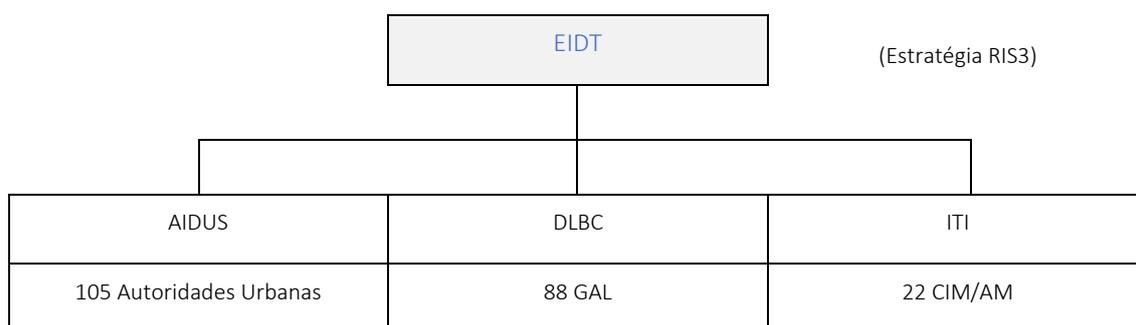
---

<sup>18</sup> *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Ver: *Jornal Oficial da União Europeia* de 20/12/2013. L 347/345; L 347/355; L 347/357.

<sup>19</sup> Apesar da existência de mais instrumentos territoriais, estes parecem ser os mais relevantes para este enquadramento teórico.

Com o propósito de atingir o objetivo de potenciar os recursos endógenos do território devem ser utilizados instrumentos que privilegiem as sub-regiões NUTS III como escala de intervenção. A elaboração das EIDT por parte das comunidades intermunicipais e de outros atores locais expressa a intenção de fomentar estratégias territoriais a uma escala local, que se operacionalizam através dos instrumentos de política pública de base territorial (Ferreira & Seixas, 2017).

No Quadro 5 apresentam-se os instrumentos de abordagem territorial presentes no Acordo de Parceria Portugal 2020 e as entidades que os implementam.



Quadro 5 – Estratégia Regional (NUTS III)<sup>20</sup>.

Fonte: Elaboração própria baseada em: Romão (2018).

Estes instrumentos de integração territorial podem ser colocados em prática para implementar estratguas territoriais no terreno, associando os objetivos com a dimensão territorial do Acordo de Parceria e, conseqüentemente, cumprindo os objetivos da Política de Coesão.

#### AOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (AIDUS)

A Política de Coesão tem aumentado a preocupação com a dimensão urbana ao incluir regulamentos que se destinam ao desenvolvimento urbano em termos de ambiente, regeneração e revitalização (Mendez, Bachtler & Wishlade, 2012). A importância do papel das cidades enquanto centros de produção e inovação pode ser essencial para cumprir os objetivos da UE no que diz respeito ao crescimento inclusivo. Deste modo, as AIDUS baseiam-se na concentração e integração de recursos para desafios urbanos específicos e na inclusão de projetos de desenvolvimento urbano financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (Zwet, Miller & Gross, 2014).

<sup>20</sup> Apesar de não serem contemplados, existem outros programas de base territorial, como exemplo: CLDS -Contratos Locais de Desenvolvimento Social. ESCOLHAS – Programa Escolhas. GIP – Gabinetes de Inserção Profissional.

Em seguida apresentam-se os princípios das AIDUS definidos pela CE (European Commission, 2014b):

- Estratégias integradas de desenvolvimento urbano com uma abordagem mais holística;
- Maior foco no desenvolvimento urbano ao nível estratégico;
- Prioridades de investimento ajustadas para facilitar desafios urbanos;
- Instrumentos para desenvolver ações integradas;
- Instrumentos financeiros para financiar o desenvolvimento urbano;
- 5% de FEDER destinado às AIDUS;
- Aumento da responsabilidade para as Autoridades Urbanas;
- Incentivo a ações urbanas inovadoras; e
- Reforço do trabalho em rede.

O Acordo de Parceria refere que as AIDUS têm como objetivo a prossecução de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, considerando a relevância dos sistemas urbanos na promoção do crescimento, do emprego, da competitividade, da inovação e da sustentabilidade e promoção da qualidade de vida. O investimento das AIDUS concentra-se no reforço do papel das Áreas Metropolitanas (AM) e na regeneração e revitalização urbana. As ações executam-se nos ITI das AM de Lisboa e Porto e por centros urbanos definidos como Autoridades Urbanas nos planos estratégicos (PNPOT/PROT) (Governo de Portugal, 2014b).

#### DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

O DLBC consiste num instrumento que pretende fomentar a criação de estratégias *bottom-up* de desenvolvimento local, implementadas por Gabinetes de Ação Local (GAL), através do trabalho em rede, do estímulo à inovação e de atividades de capacitação com base nas necessidades locais, com o propósito de habilitar as comunidades na exploração do potencial do seu território (European Commission, 2014b).

No DLBC os atores presentes no território formam uma parceria local, com autonomia para gerir o financiamento e com a possibilidade de desenhar e implementar uma estratégia de desenvolvimento integrada, que defina e aproveite os pontos fortes em termos sociais, ambientais e económicos presentes na comunidade. A utilização do DLBC pode acontecer em diferentes contextos territoriais, identificando-se como uma extensão da abordagem LEADER<sup>21</sup> na apropriação da comunidade e na governação multinível (Zwet, Miller & Gross, 2014).

---

<sup>21</sup> Para aprofundamento sobre a abordagem LEADER, consultar: European Commission, (2006). *The LEADER approach. A basic guide*. Luxembourg.

Seguidamente, apresentam-se algumas razões pelas quais se deve utilizar o DLBC, definidas pela CE (European Commission, 2014a):

- Tornar as pessoas ativas na decisão;
- Estratégias capazes de responder à crescente diversidade e complexidade;
- Flexibilidade das estratégias em relação a outras abordagens;
- Alargamento dos âmbitos de intervenção;
- Efeito multiplicador do desenvolvimento local devido às ligações entre setores e atores;
- Incentivo à inovação e a resultados com mudanças duradouras;
- Participação no DLBC abre acesso a uma rede europeia; e
- Instrumento financeiramente atrativo para o desenvolvimento local.

De acordo com o Acordo de Parceria, o DLBC pretende promover a concentração estratégica e operacional entre parceiros em determinados territórios, como economias de base rural e zonas pesqueiras e costeiras, com o principal foco no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. Complementarmente, o instrumento tem o objetivo de apoiar a inovação social, afim de responder a problemas de pobreza e exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano, economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional. As Estratégias de Desenvolvimento Local, elaboradas e executadas pelos GAL, são responsáveis pela implementação do DLBC, com o propósito de desenvolver intervenções capazes de responder às necessidades do território (Governo de Portugal, 2014b).

#### INVESTIMENTOS TERRITORIAIS INTEGRADOS (ITI)

Os ITI representam outro instrumento territorial, e segundo a CE são uma ferramenta para implementar estratégias territoriais de uma forma integrada, com o objetivo de resolver problemas que existam no território. Os ITI, como instrumentos de apoio, têm a finalidade de integrar intervenções de várias dimensões, e ainda se assumem como um elemento que implementa diretamente pressupostos da administração pública, formalizados numa estratégia territorial (European Commission, 2014c).

A principal intenção dos ITI é favorecer o desenvolvimento dos territórios através da promoção da cooperação das unidades administrativas e implementação de projetos integrados. As cidades e as suas áreas funcionais podem estar mais envolvidas no desenvolvimento de intervenções, nas quais a complementaridade das ações e parcerias de unidades públicas é um fator preponderante. Os ITI possuem uma estrutura de abordagem territorial que visa maximizar

o potencial subutilizado a nível local, urbano e regional, permitindo que os atores locais integram o processo de decisão no território (Zwet, Miller & Gross, 2014).

Em seguida, apresentam-se os elementos-chave dos ITI, definidos pela CE (European Commission, 2014c):

- Designação de um território com uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada;
- Conjunto de ações a implementar; e
- Acordos de governação para gerir os ITI.

Segundo o Acordo de Parceria, os ITI concretizam-se através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial<sup>22</sup> em territórios correspondentes a NUTS III e potenciam as soluções de governação instituídas, lideradas pelas entidades intermunicipais, mas envolvendo outros parceiros públicos e privados (Governo de Portugal, 2014b).

Os ITI são suportados por EIDT que pretendem garantir a coerência de todas as intervenções de carácter local definidas para a região (Ferreira & Seixas, 2017).

As intervenções inseridas nestes investimentos contribuem particularmente para a prossecução dos seguintes objetivos temáticos: OT2 - modernização da administração local; OT4 - utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas; OT5 - investimentos na adaptação às alterações climáticas e para assegurar a resistência às catástrofes através de sistemas de gestão de catástrofes; OT6 - investimentos na gestão de resíduos e na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural; OT8 - criação de emprego por conta própria, microempreendedorismo e criação de empresas; OT9 - inclusão ativa e investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais; e OT10 - promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar, ação social escolar e investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico. Acrescenta-se que as tipologias de projetos contratualizadas nos ITI são exclusivas, o que torna impossível, dentro do território de uma CIM, a hipótese de coexistirem projetos relacionados com as tipologias contratualizadas no ITI fora do mesmo (Governo de Portugal, 2014b).

Os ITI assumem uma maior relevância pela a sua materialização acontecer por via dos PDCT, que são o cerne para a elaboração deste relatório.

---

<sup>22</sup> Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e, nomeadamente o PDCT-AC, serão abordados mais à frente neste relatório. Ver capítulo III.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO PRÁTICO

Neste capítulo pretende-se explicar o enquadramento prático resultante da experiência obtida durante o estágio curricular realizado na CIMAC, que tem como intenção demonstrar o processo de trabalho desenvolvido a fim de atingir os objetivos estipulados e, especificamente, na elaboração de uma proposta de Sistema de Monitorização do PDCT-AC.

De modo a melhor compreender as razões da realização do estágio curricular, assim como decorreram as atividades e trabalhos executados, estrutura-se este capítulo em três pontos:

- Objetivo do estágio – propósito da realização do estágio curricular e os objetivos em que assentou;

- Contextualização da atividade prática – explicação do quotidiano e das atividades realizadas no decorrer do estágio; e

- Análise detalhada das atividades desenvolvidas – análise das atividades desenvolvidas com base em quadros semanais elaborados durante o período de estágio.

### 1 – OBJETIVOS DO ESTÁGIO

O estágio curricular ocorreu pela necessidade de inserção no âmbito profissional de uma forma real, com o propósito de ganhar competências e adquirir uma importante ferramenta de qualificação, através de uma experiência profissional que possibilitou a colocação em prática da componente teórica apreendida durante o mestrado.

Durante o estágio curricular procurou-se o primeiro contacto na relação com o mercado de trabalho e espera-se que este tenha sido um passo essencial para o vínculo à profissão.

A CIMAC enquanto uma entidade ativa nas políticas públicas, proporcionou as condições para alcançar os pressupostos anteriores. O estágio na CIMAC assentou em alcançar os seguintes objetivos:

- Conhecer a atividade da CIMAC;
- Participar em ações desenvolvidas pela entidade, no contexto de planeamento e implementação de políticas públicas;
- Analisar a EIDT-AC;
- Analisar o PDCT-AC e a sua implementação; e
- Contribuir para o desenho do Sistema de Monitorização do PDCT-AC.

A definição destes objetivos pareceu ser a mais pertinente para a promoção da integração na entidade, a aquisição de conhecimentos sobre dimensão territorial das políticas públicas e a instrução sobre o PDCT-AC e a sua monitorização.

## 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRÁTICA DESENVOLVIDA

O estágio curricular aconteceu entre 11 de setembro de 2017 e 2 de fevereiro de 2018, contabilizando um total de 700 horas em 21 semanas<sup>23</sup>, e decorreu na Unidade de Ambiente e Desenvolvimento<sup>24</sup> da CIMAC.

A CIMAC é uma entidade intermunicipal que engloba os municípios correspondentes ao Alentejo Central (NUT III), nos termos do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o estatuto das entidades intermunicipais. Entre outras, as atribuições da CIMAC passam pelo planeamento e gestão estratégica, pelo desenvolvimento económico, social e cultural do território e pela participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional.

A atuação da entidade nestes domínios revelou-se preponderante na escolha para realização do estágio, dado que apenas com ações em áreas análogas às componentes lecionadas na parte curricular se torna possível realizar um estágio consonante com o mestrado em Políticas e Públicas Projetos.

As atividades desenvolvidas durante o estágio possuíram naturezas diferentes, de acordo com os objetivos estabelecidos ou com ações específicas realizadas pela entidade.

Inicialmente, a atividade incidiu no conhecimento da CIMAC, focando-se na aprendizagem do funcionamento das unidades orgânicas, nas hierarquias existentes, no contacto com os colaboradores e nas rotinas presentes na entidade.

Em seguida, desenvolveu-se o trabalho de acordo com os objetivos definidos previamente, começando pela análise da EIDT-AC enquanto estratégia sub-regional, visto que surge como base de contratualização do PDCT-AC. Seguidamente, efetuou-se a análise do PDCT-AC, como elemento principal no foco do estágio e como implementa parcialmente a EIDT-AC através dos ITI. O estudo sobre estas abordagens e a sua dimensão territorial assumiu-se como fundamental para os pressupostos do estágio.

---

<sup>23</sup> Algumas semanas não tiveram o número completo de dias devido a feriados ou paragens na entidade.

<sup>24</sup> A CIMAC adota uma estrutura matricial, na aceção do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, com as seguintes unidades orgânicas:

Unidade de Ambiente e Desenvolvimento (UAD);

Unidade de Inovação e Qualificação (UIQ);

Unidade de Gestão de Programas e Projetos Contratualizados (UGPC);

Unidade de Gestão de Recursos (UGR).

O estudo da monitorização tornou-se transversal a todo o estágio, uma vez que a colaboração no desenho do Sistema de Monitorização do PDCT-AC acabou por se tornar na maior contribuição. Com o propósito de desenhar o Sistema de Monitorização do PDCT-AC, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da monitorização, nos quais surgiram com mais relevância para o trabalho desenvolvido as recomendações da CE - *The Programming Period 2014-2020 – Guidance Document on Monitoring and Evaluation, Concepts and Recommendations* (European Commission, 2014d) e as orientações da AD&C - *Orientações Sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020* (AD&C, 2015). Para iniciar a monitorização analisou-se a implementação do PDCT-AC, se está a realizar-se de acordo com o previsto, identificando-se os pontos críticos e desvios que afetem os resultados esperados, a fim de possibilitar correções e gestões atempadas.

Paralelamente, aconteceram outras atividades complementares no estágio, que não foram antecipadamente previstas, mas que surgiram no decorrer dos trabalhos da entidade e acabaram por se revelar elementos adicionais na aprendizagem.

### 3 – ANÁLISE DETALHADA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste ponto apresenta-se um conjunto de 21 quadros, correspondentes a cada uma das semanas em que o estágio decorreu, seguidos de uma análise que procura elucidar as atividades desenvolvidas.

Os quadros foram elaborados semanalmente durante o estágio curricular e de acordo com atividades propostas pela CIMAC ou desenvolvidas por iniciativa própria. Estruturam-se os quadros em 5 domínios:

- Semana – número da semana e data em que a mesma se iniciou<sup>25</sup>;
- Tema – assunto do qual trata a atividade;
- Atividades – trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento;
- Resultados – consequências dos trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento; e
- Observações – reflexões que surgiram no decorrer das atividades.

---

<sup>25</sup> As semanas são contabilizadas de segunda-feira a sexta-feira num conjunto de cinco dias, independentemente de dias de paragem da entidade ou feriados.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
1 11/09/2017	Introdução na CIMAC.	1- Contacto inicial com a entidade. 2-Apresentação aos restantes colaboradores. 3-Conhecimento das instalações.	1-Ambientação ao local de trabalho e às equipas existentes. 2-Conhecer a entidade e como funcionam as rotinas.	1-Algumas dúvidas sobre quais as tarefas desempenhadas em cada unidade e por cada colaborador ou sobre como funciona a colaboração nos projetos ou sobre a cadeia de chefia em cada unidade.
	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central.	1-Primeira leitura e análise. 2-Sistematização de informações.	1-Conhecimento sobre o que trata a EIDT-AC.	1-O perímetro de abrangência das Estratégias é definido por NUT III. 2-A transposição para a prática das EIDT é feita por via de vários instrumentos.
	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alentejo Central.	1-Primeira leitura e análise. 2-Sistematização de informações. 3-Relacionar a EIDT-AC e o PDCT-AC.	1-Conhecimento sobre do que trata o PDCT-AC. 2-Entendimento da relação entre a EIDT-AC e o PDCT-AC.	1-Importa entender como se formalizou o Pacto. 2-O PDCT-AC coloca em prática parte dos pressupostos existentes na EIDT-AC, ou seja, a EIDT-AC é mais abrangente do que os projetos que o Pacto contratualiza. 3-Os objetivos do PDCT-AC são em conformidade com os objetivos da EIDT-AC.

Quadro 6 – Atividades desenvolvidas durante a semana 1.  
Fonte: Elaboração própria.

O início do estágio aconteceu com o primeiro contacto com a entidade, com o local de trabalho, com as instalações e com os colaboradores. Esta apresentação foi preponderante para o princípio de uma ligação ao ambiente existente na CIMAC. No entanto, originou uma série de questões relativamente ao funcionamento e rotinas da entidade, à cadeia de chefias em cada unidade, ao desempenho de tarefas e à realização de projetos. Em síntese, questões significativas para a adaptação a uma nova realidade.

Primeiramente o trabalho consistiu, para além da inserção nas rotinas da entidade, nas primeiras leituras dos dois documentos definidos nos objetivos como objeto de análise, a EIDT-AC e o PDCT-AC. Estas leituras foram efetuadas com o propósito de entender de que tratavam os dois documentos e de forma conjunta, de modo a compreender a relação entre os Pacto e a Estratégia<sup>26</sup>. As leituras e pesquisas paralelas tornaram-se pertinentes no auxílio do entendimento de alguns conceitos nos documentos analisados.

<sup>26</sup> Neste relatório utiliza-se a palavra “Pacto” referente ao Pacto para Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alentejo Central e a palavra “Estratégia” referente a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
2 18/09/2017	Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020.	1-Leitura do documento, com particular destaque para as estratégias de desenvolvimento territorial no ponto Abordagem Integrada para o Desenvolvimento Territorial na aplicação dos FEEI.	1-Apredizagem sobre o enquadramento da EIDT-AC e PDCT-AC no Portugal 2020. 2-Conhecimento sobre o que trata o DLBC. 3-Conhecimento sobre os ITI e a sua relação com os Pactos.	1-Seria pertinente identificar a relação dos objetivos temáticos com os Eixos de Intervenção do PDCT-AC.
	Prioridades de Investimento.	1-Consulta das Prioridades de Investimento.	1-Aferição das Prioridades de Investimento contratualizadas no PDCT-AC.	
	Agência para o Desenvolvimento e Coesão.	1-Leitura do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria 2017.	1-Entendimento de algumas execuções da abordagem integrada ao desenvolvimento do território. 2-Conhecimento do ponto de situação da EIDT-AC e PDCT-AC.	1-Apesar da informação específica, aparenta ser pouco conclusiva.
	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alentejo Central.	1-Consulta do Quadro de Investimentos. 2-Vizualização dos Investimentos, ações e metas. 3-Visualização de outros indicadores.	1-Primeira noção sobre os projetos inseridos no PDCT-AC. 2-Conhecimento sobre os indicadores de realização e resultado.	1-Os projetos são apenas e exclusivamente os que estão indicados no Quadro de Investimentos. 2-Os indicadores parecem ser em número insuficiente para conseguir atingir uma boa monitorização. 3-Existem alguns projetos que são monitorizados pelo mesmo indicador.

Quadro 7 – Atividades desenvolvidas durante a semana 2.

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor compreender os conceitos existentes a jusante do PDCT-AC e da EIDT-AC foi necessário recorrer ao Acordo de Parceria 2014-2020 como documento referencial das políticas públicas para o atual período de programação, nomeadamente ao ponto que diz respeito às Abordagens Integradas para o Desenvolvimento Territorial, onde são abordados os instrumentos de abordagem territorial. Tornou-se ainda necessário analisar as prioridades de investimento, para confirmar quais são mobilizadas pelo Pacto ou mesmo exclusivas deste.

A AD&C apresentou o Relatório Intercalar do Acordo de Parceria 2017, documento importante para tomar conhecimento do ponto de situação atual das EIDT e PDCT, mais concretamente das suas execuções. A visão geral deste relatório, apesar de pouco conclusiva, ajudou no entendimento da realização das intervenções.

A leitura do PDCT-AC permitiu ter a primeira noção dos projetos inseridos no Pacto, bem como dos indicadores de realização e resultado definidos.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
3 25/09/2017	Agência para o Desenvolvimento e Coesão.	1-Leitura do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria 2017.	1-Conhecimento do ponto desenvolvimento e execução dos PDCT no Acordo de Parceria.	1-A aprovação nos PDCT alcançou os 13,9% e a execução 0,3%.
	Portugal 2020 – Acordo de Parceria.	1-Análise do Sistema de Indicadores.	1-Informação sobre indicadores estão presentes para a monitorização através de cada Prioridade de Investimento.	1-É necessário verificar se os indicadores são suficientes para uma avaliação / monitorização precisa.
	Monitorização da Execução do PDCT AC – CIMAC.	1-Observação da Monitorização da Execução efetuada. 2-Observação dos avisos lançados.	1-Conhecimento do ponto de situação da implementação do Pacto. 2-Verificação das taxas de execução do PDCT por cada PI e Fundo Comunitário.	1-A PI 6.1 aparece com o estado: “Desistida”. 2-O lançamento dos avisos aparenta estar um pouco atrasado em relação aos objetivos.
	Reunião sobre o PDCT.	1-Discussão sobre os investimentos previstos. 2-Apresentação de compromissos de execução de projetos. 3-Identificação de problemas e constrangimentos. 4-Definição de metas e objetivos a curto prazo.	1-Aprendizagem mais aproximada à realidade do PDCT. 2-Clarificação sobre o trabalho realizado. 3-Clarificação sobre as funções de cada Técnico no PDCT. 4-Esclarecimento nas metas e execução previstas 5-Ganhos relacionais com os intervenientes.	

Quadro 8 – Atividades desenvolvidas durante a semana 3.  
Fonte: Elaboração própria.

Pela primeira vez, participei numa reunião de trabalho sobre o PDCT-AC, onde estive presente o grupo de trabalho diretamente ligado ao mesmo. A discussão a respeito de vários temas relacionados com Pacto, por parte dos técnicos, permitiu uma aprendizagem aproximada à realidade do PDCT-AC e um esclarecimento de questões acumuladas durante as análises anteriormente efetuadas.

Posteriormente a esta reunião acedi à monitorização da execução do PDCT-AC, onde se observou a taxa de execução dos projetos contratualizados, estado em que se encontravam e a abertura de avisos.

Continuou-se a consultar o Relatório Intercalar do Acordo de Parceria 2017, bem como o Acordo de Parceria 2014-2020, desta vez com o objetivo de analisar o Sistema de Indicadores e ter conhecimento de quais indicadores estão disponíveis para a monitorização de cada prioridade de investimento.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
4 2/10/2017	Conversa com a técnica participante na elaboração do PDCT.	1-Explicações sobre como se desenvolveu e elaborou o PDCT. 2-Desenvolvimento ou não desenvolvimento das ideias inerentes ao PDCT. 3-Esclarecimento de dúvidas existentes.	1- Aquisição de conhecimento sobre a elaboração e os procedimentos do PDCT. 2-Entendimento das perspectivas globais do PDCT (a forma como decorre em traços gerais) 3-Ganhos relacionais.	
	Conversa com as técnicas responsáveis pela monitorização da execução do PDCT e pela receção de abertura de avisos, na Unidade de Projetos Contratualizados.	1-Explicações sobre o procedimento e lançamento de avisos relativos ao PDCT. 2-Demonstração da execução do PDCT por cada PI e por cada projeto. 3-Esclarecimento de dúvidas existentes.	1-Conhecimento do estado dos avisos 2-Conhecimento dos avisos com candidaturas de projetos. 3-Conhecimento sobre a taxa de execução do PDCT. 4-Reconhecimento das PI contratualizadas e das suas execuções. 5-Ganhos relacionais.	
	Abertura de avisos para concurso.	1-Consulta da abertura de avisos para concurso de projetos dentro do PDCT.	1-Conhecimento sobre a monitorização na abertura de avisos. 2-Consulta do estado em que se encontra cada aviso e cada projeto do PDCT.	1-Alguns concursos ainda não têm aviso de abertura. 2-Existem avisos abertos, mas não existem formalização de candidaturas.
	Monitorização da Execução do PDCT AC – CIMAC.	1-Consulta da execução do PDCT.	1-Consulta e sistematização de informações.	

Quadro 9 – Atividades desenvolvidas durante a semana 4.

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor analisar o PDCT-AC e a EIDT-AC como previsto nos objetivos do estágio, recorreu-se a explicações por parte dos técnicos participantes na elaboração do Pacto, acerca do seu desenvolvimento e elaboração. Estas explicações auxiliaram no entendimento de como o processo de elaboração do PDCT-AC aconteceu e como decorre a sua execução em termos globais.

Ainda para estas análises, contribuíram também as conversações na Unidade de Projetos Contratualizados com as técnicas que diretamente trabalham na monitorização do PDCT-AC. Conversações que permitiram esclarecer dúvidas a respeito da abertura de avisos para concurso de projetos contratualizados no Pacto e, conseqüentemente, levaram à consulta do estado em que se encontram os avisos.

Através da consulta da monitorização da execução do PDCT-AC e dos avisos para concurso, foi possível a sistematização de algumas informações com o objetivo de facilitar a análise do estado do Pacto.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
5 9/10/2017	Reunião com o Primeiro Secretário da CIMAC.	1-Esclarecimentos sobre os contributos necessários à monitorização do PDCT. 2-Clarificação sobre o desenrolar do Pacto e dos projetos contratualizados.	1-Esclarecimento de que o Pacto precisa de um reforço na bateria de indicadores. 2-Perceção da necessidade de conseguir uma forma de recolha de dados. 3-Direcionamento para a execução das metas proposta. 4-Ganhos relacionais.	1-Requisição para identificar novos indicadores. 2-Necessidade de uma forma de recolher os dados de informação para os indicadores.
	Reunião com a Chefe da Unidade Ambiente e Desenvolvimento da CIMAC.	1-Trabalhar na apresentação de uma proposta de monitorização do PDCT. 2-Definição para colaboração com a equipa de monitorização da execução do PDCT, na Unidade de Projetos Contratualizados.	1-Desenvolvimento de trabalho para a proposta de monitorização do PDCT-AC. 2-Proximidade no acompanhamento da execução do PDCT.	1- Necessidade de apresentar uma proposta de monitorização. 2-Necessidade de definir os pontos necessários ao processo.
	Proposta do processo de monitorização.	1-Consulta de outras monitorizações (EDD - Instrumentos de monitorização e avaliação do projeto) 2-Trabalho em parceria.	1-Aquisição de conhecimentos sobre outras monitorizações realizadas na CIMAC. 2-1ª experiência de trabalho em parceria. 3-Proposta do processo de monitorização.	
	<i>Strengthening project internal monitoring: How to enhance the role of EC task managers.</i>	1-Leitura.	1-Aquisição de conhecimentos sobre monitorização.	
	Boletim Informativo dos fundos da UE.	1-Leitura.	1-Conhecimento sobre os fundos da UE.	

Quadro 10 – Atividades desenvolvidas durante a semana 5.

Fonte: Elaboração própria.

Este momento do estágio pode considerar-se determinante para o trabalho desenvolvido, devido à realização de duas reuniões onde ficou definido aquele que seria o meu contributo para a monitorização do PDCT-AC, de acordo com os objetivos do estágio.

Nestas reuniões identificaram-se os contributos que o PDCT-AC ainda necessitava e desta forma estipulou-se que iniciaria o trabalho para apresentar uma proposta do processo de monitorização que culminasse posteriormente no Sistema de Monitorização do PDCT-AC, isto com o acompanhamento dos técnicos participantes na elaboração do PDCT-AC e com a colaboração na Unidade de Projetos Contratualizados, a fim de me aproximar da monitorização já desenvolvida do PDCT-AC.

O direcionamento para o trabalho no processo de monitorização do Pacto incitou ao estudo sobre a monitorização, de maneira que iniciei leituras de documentos relacionados com o tema e pesquisei sobre outras monitorizações desenvolvidas pela CIMAC, enquadradas noutros projetos.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
6 16/10/2017	Proposta do processo de monitorização.	1-Identificação dos indicadores de resultado e realização existentes. 2-Identificação, com a técnica participante na elaboração do PDCT-AC, dos indicadores existentes, as suas metas e a sua recolha de informação. 3-Aferição, com a técnica participante na elaboração do PDCT-AC, da necessidade de novos indicadores de resultado.	1-Criação de uma tabela de indicadores (realização e resultado). 2-Pesquisa de novos indicadores e formas de recolha de informação.	1-A recolha de informação para certos indicadores parece ser complicada de alcançar. 2-Os indicadores existentes carecem de uma elaboração mais à medida de cada projeto existente nas PI. 3-Torna-se necessário acrescentar indicadores numa perspetiva em que o Pacto apenas contribui em certa medida para o indicador.
	Avaliação <i>ex ante</i> do Programa Operacional Regional.	1-Leitura do documento com incidência no ponto: Qualidade dos Indicadores e dos Dispositivos de Acompanhamento e Avaliação.	1-Conhecimento dos indicadores existentes.	
	<i>Guidence Document on Monitoring and Evaluation – European Commission.</i>	1-Leitura.	1-Aquisição de conhecimentos sobre monitorização e avaliação na perspetiva da UE.	
	Orientações Sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020 – AD&C.	1-Leitura.	1-Aquisição de conhecimentos sobre as indicações para a monitorização do Portugal 2020, nomeadamente o Sistema de Monitorização: Monitorização do processo de seleção; Monitorização da execução; Monitorização da realização e resultados.	

Quadro 11 – Atividades desenvolvidas durante a semana 6.  
Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de contribuir para a proposta do processo de monitorização, iniciaram-se atividades no sentido de responder à proposta para o processo de monitorização do PDCT-AC. O trabalho incidiu no entendimento dos indicadores existentes e na pesquisa de novos que fornecessem uma melhor leitura do desenvolvimento do Pacto. Apareceram algumas dúvidas

sobre a pertinência e forma de leitura de alguns indicadores existentes, sobre quais as necessidades preponderantes na escolha de novos indicadores e ainda, sobre qual seria a melhor forma para a recolha de dados.

Como o Pacto pertence a um novo instrumento de abordagem territorial e a direção para os resultados também é uma preocupação mais forte por parte da UE neste período, não existe nenhum modelo de monitorização específico para os PDCT que seja uma referência de estudo. Desta forma, a proposta do processo de monitorização teve com base dois documentos de referência em questões de monitorização, como referido anteriormente, um guia de recomendações da CE – *The Programming Period 2014-2020 – Guidance Document on Monitoring and Evaluation, Concepts and Recommendations* (European Commission, 2014d) e as orientações por parte da AD&C – *Orientações Sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020* (AD&C, 2015).

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
7 23/10/2017	Proposta do processo de monitorização.	1-Criação de novos indicadores de resultado.	1-Preenchimento da tabela de indicadores.	1-A coerência de indicadores pode ser feita em fontes de informação estatísticas e não com recolha interna de dados.
	Sistema de Indicadores de Contexto/Resultado do Portugal 2020 – Conselho Superior de Estatística.	1-Leitura e análise.	1-Conhecimento sobre a bateria de indicadores presentes no PT2020. 2-Aprendizagem sobre a recolha de informação de alguns indicadores.	1-Alguns indicadores ainda não têm disponível informação. 2-Existe mistura na leitura de indicadores em número e percentagem.
	Centro Interpretativo e de Acolhimento Turístico do Alentejo Central.	1-Participação no parecer sobre o projeto proposto.	1-Parecer sobre o projeto.	1-Sala de reuniões com dimensões superiores às necessárias. 2-Instalações elétricas que perturbam a boa vivência do espaço.
	Código dos Contratos Públicos.	1-Proposta para participar numa ação de formação sobre CCP.		1-Necessidade de mais informação sobre os CCP, a sua função e relevância.

Quadro 12 – Atividades desenvolvidas durante a semana 7.

Fonte: Elaboração própria.

O objeto de trabalho principal continuou a ser a contribuição para uma proposta do processo de monitorização. Para tal, criou-se uma tabela com novos indicadores de resultado e com toda a informação necessária para a leitura dos mesmos. A instrução para a escolha dos indicadores foi tomada para que a recolha de dados não implicasse um trabalho constante internamente. Desta forma, os indicadores propostos são lidos numa perspetiva de contribuição do Pacto para os mesmos e não como um resultado absoluto.

Surgiu ainda a oportunidade de participar numa ação de formação sobre o Código dos Contratos Públicos (CCP), ação desenvolvida na CIMAC devido às alterações introduzidas para o ano 2018.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
8 30/10/2017	Proposta do processo de monitorização.	1-Criação de novos indicadores de resultado.	1-Preenchimento da tabela de indicadores.	1-Para um melhor esclarecimento é necessária a desagregação dos indicadores por NUT III. 2-A leitura dos indicadores necessita de um histórico.
	Acompanhamento e avaliação do funcionamento do Sistema de Gestão Territorial. – Direção Geral do Território.	1-Leitura sobre a monitorização no ordenamento do território e sobre o Sistema de Gestão Territorial.	1-Aquisição de conhecimentos sobre monitorização. 2-Informação sobre os planos territoriais.	
	Avaliação, quantificação de objetivos, indicadores. Notas a partir da experiência dos Quadros Comunitário de Apoio – Observatório do QCA III.	1-Leitura sobre monitorizações em quadros comunitários anteriores.	1-Conhecimentos sobre procedimentos e experiências anteriores.	
	Reunião do Conselho Intermunicipal.	1-Assistência à reunião do novo CI, com o intuito da decisão sobre as novas chefias.	1-Desfecho inconclusivo. 2-Adiamento da eleição.	1-O CI necessita de mais tempo para eleger os cargos, o secretariado e definir a constituição política da Assembleia Municipal

Quadro 13 – Atividades desenvolvidas durante a semana 8.

Fonte: Elaboração própria.

A continuação do trabalho na tabela de indicadores, com a intenção de desenvolver a proposta do processo de monitorização, prosseguiu com o desenvolvimento de indicadores propostos que futuramente fundamentem o Sistema de Monitorização do PDCT-AC.

Paralelamente e com o intuito de adquirir conhecimentos sobre monitorização, realizaram-se leituras sobre avaliações e monitorizações de outros instrumentos. Sobretudo, a partir da monitorização de quadros comunitários anteriores foi possível entender de que forma se realizou o acompanhamento das intervenções e perceber como se entendia o processo de avaliação e monitorização.

Pela primeira vez, desde a minha entrada na CIMAC, realizou-se uma reunião do Conselho Intermunicipal (CI). Dado que a reunião é aberta ao público, tomei a liberdade de assistir a fim de entender como é constituído o CI ou como se elege o presidente, isto para uma melhor integração no funcionamento da entidade.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
9 6/11/2017	Proposta do processo de monitorização.	1-Acompanhamento da monitorização dos avisos. 2-Acompanhamento da monitorização da execução. 3-Aferição das fontes de informação para os indicadores existentes e propostos.	1-Integração do processo de monitorização proposto nas monitorizações existentes. 2-Fontes de informação constantes, com alimentação dos indicadores propostos e de alguns existentes.	
	Sistema de Monitorização.	1-Início da elaboração do documento do Sistema de Monitorização do PDCT. 2-Discussão com a Chefe da Unidade de Ambiente e Desenvolvimento e com a técnica participante na elaboração do PDCT-AC sobre o índice do documento.	1-Índice do Sistema de Monitorização do PDCT.	
	<i>Monitoreo y evaluación de políticas, programas y proyectos sociales, CIPEC. - Mercedes Di Virgilio &amp; Romina Solano.</i>	1-Leitura sobre processos de monitorização e como monitorizar.	1- Aquisição de conhecimentos sobre monitorização.	
	Inscrição na formação sobre o Código dos Contratos Públicos.			

Quadro 14 – Atividades desenvolvidas durante a semana 9.

Fonte: Elaboração própria.

Para a realização do Sistema de Monitorização do PDCT-AC, integraram-se na proposta do processo de monitorização as monitorizações já desenvolvidas pela CIMAC, nomeadamente a monitorização da abertura de avisos de concurso e a monitorização da execução do Pacto.

A partir deste momento iniciou-se o meu contributo para a elaboração do documento referente ao Sistema de Monitorização do PDCT-AC, que acabaria por se tornar na minha colaboração mais significativa. O trabalho neste tema começou com a apresentação e discussão sobre o índice do documento, de maneira a criar uma estrutura orientadora no desenvolvimento do Sistema de Monitorização do PDCT-AC.

Continuou-se com leituras relacionadas com processos de monitorização para maximizar o contributo no Sistema de Monitorização PDCT-AC.

Dada a oportunidade de participar na formação sobre o CCP, formalizei a minha inscrição no dia 9/11/2017.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
10 13/11/2017	Proposta do processo de monitorização.	1-Acompanhamento da monitorização dos avisos. 2-Acompanhamento da monetarização da execução. 3-Aferição das fontes de informação para os indicadores existentes e propostos. 4-Apresentação de novos indicadores ao Primeiro Secretário.	1-Integração das monitorizações existentes no processo de monitorização proposto. 2-Fontes de informação constantes, de alimentação dos indicadores propostos e de alguns existentes.	
	Sistema de Monitorização.	1-Elaboração do ponto: Descrição do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. 2- Pesquisa de documentos que auxiliem no desenvolvimento do documento.	1-Transposição de como se constitui o Pacto e do seu conteúdo.	1-Os diagnósticos precisam de ser pertinentes para o objetivo deste ponto.
	Sistema de Indicadores do Portugal 2020 – Instituto Nacional de Estatística.	1-Leitura dos indicadores existentes. 2-Metainformação dos indicadores.	1-Conhecimento da bateria de indicadores gerais das PI no Portugal 2020.	1-Porque é que existem informações ainda não disponíveis que são fulcrais para a leitura dos indicadores?
	<i>Guidelines to Design and Make Operational Monitoring Systems to Assess the Progress of the Innovation Strategies for Smart Specializations – CITEK.</i>	1-Leitura do <i>step 6: Integration on monitoring and evaluation mechanisms.</i>	1-Indicações que auxiliam na forma de escrever o documento referente ao Sistema de Monitorização	

Quadro 15 – Atividades desenvolvidas durante a semana 10.

Fonte: Elaboração própria.

Devida à integração das monitorizações já existentes, relacionadas com o Pacto, na proposta do processo de monitorização e ao início do desenvolvimento do Sistema de Monitorização do PDCT-AC, pareceu-me importante apresentar ao Primeiro Secretário a bateria de indicadores proposta, assim como a forma de recolha de dados para os indicadores propostos e existentes. Esta apresentação foi no sentido de explicar o trabalho desenvolvido e demonstrar o que pretendia realizar futuramente.

A aprovação da bateria de indicadores propostos e do índice permitiu avançar na elaboração do primeiro ponto do documento, referente ao Sistema de Monitorização do PDCT-AC, Descrição do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que tem o objetivo de descrever como se formalizou e constitui o PDCT-AC, transpondo algumas informações do documento realizado pela CIMAC – *Alentejo Central Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial* (CIMAC, 2015).

As leituras relacionadas com monitorização e com baterias de indicadores continuaram a ser relevantes para a aquisição de conhecimentos, nomeadamente, o Sistema de Indicadores do

Portugal 2020 que apresenta todos os indicadores disponíveis para serem utilizados em monitorizações de instrumentos apoiados pelos FEEL.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
11 20/11/2017	Formação sobre o Código de Contratação Pública.	1-Formação de 5 dias sobre o CCP e as novas alterações para 2018.	1-Conhecimentos base sobre os contratos públicos. 2-Conhecimentos sobre direito e leitura de contratos. 3-Audição de várias experiências pelos diversos colegas de todos os municípios.	

Quadro 16 – Atividades desenvolvidas durante a semana 11.

Fonte: Elaboração própria.

A atividade desta semana centrou-se, unicamente, na formação sobre o CCP. Esta atividade foi extremamente enriquecedora, na medida em que permitiu uma noção geral de como se constituem os contratos públicos.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
12 27/11/2017	Feira do Montado em Portel.	1-Reunião sobre a montagem do <i>stand</i> na feira sobre a Grande Rota do Montado. 2-Calendarização das presenças na feira. 3-Montagem do <i>stand</i> . 4-Presença no <i>stand</i> durante 1 dia.	1-Aquisição de capacidades na montagem de stands e participação em feiras.	
	Grande Rota do Montado Alentejo Central.	1-Explicação sobre em que consiste o projeto, por parte da técnica Cristina Carriço.	1-Aprofundamento sobre um projeto que integra o PDCT.	
	Sistema de Monitorização.	1-Elaboração do ponto: Descrição do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (continuação).	1-Transposição de como se constitui o Pacto e do seu conteúdo.	

Quadro 17 – Atividades desenvolvidas durante a semana 12.

Fonte: Elaboração própria.

Existiram atividades que não estavam previstas na realização do estágio, contudo possibilitaram-me a oportunidade de ganhar competências através de novas experiências. A colaboração numa intervenção da entidade referente ao projeto Grande Rota do Montado Alentejo Central, permitiu-me aprofundar o conhecimento sobre uma intervenção que integra o Pacto.

O contributo para o Sistema de Monitorização do PDCT-AC continuou com a elaboração do primeiro ponto, “Descrição do Pacto o Desenvolvimento e Coesão Territorial”.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
13 4/12/2017	Sistema de Monitorização.	1-Finalização do ponto: Descrição do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. 2-Realização do ponto: Identificação de atores.	1-Primeiro ponto concluído. 2-Transposição das entidades que subscreveram o Pacto e dos agentes presentes no mesmo.	1-Os primeiros pontos precisam de conseguir passar o entendimento global do Pacto.
	PDCT CIM Alentejo Litoral.	1-Leitura comparativa.	1-Comparação entre os Pactos.	
	PDCT CIM Alto Alentejo.	1-Leitura Comparativa.	1-Comparação entre os Pactos.	

Quadro 18 – Atividades desenvolvidas durante a semana 13.

Fonte: Elaboração própria.

Nesta fase iniciou-se um período de trabalho preponderantemente dedicado à elaboração do Sistema de Monitorização do PDCT-AC, uma vez que o estágio se encontrava relativamente a meio da sua duração, ficou claro que era necessário desenvolver o documento de maneira a responder às necessidades do Pacto em termos de monitorização, antes do término do estágio.

A conclusão do ponto, “Descrição do Pacto o Desenvolvimento e Coesão Territorial”, esclareceu se o resumo descritivo era suficiente para transmitir um entendimento global do que trata o Pacto. Em seguida, realizou-se o segundo ponto “Identificação de Atores”, que tem o objetivo de apresentar os atores que subscreveram o PDCT-AC.

Pareceu-me pertinente começar uma leitura comparativa entre todos os Pactos da região Alentejo Central com a intenção de entender as diferenças e semelhanças entre cada um, e ainda verificar como pretendem desenvolver o processo de monitorização.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
14 11/12/2017	Sistema de Monitorização.	1-Finalização do ponto: Identificação de Atores. 2-Elaboração do ponto: Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.	1-Conclusão do segundo ponto. 2-Explicação da estrutura do conteúdo estratégico e programático enquanto programa de ação.	1-O foco deverá incidir nos contributos e nos eixos de intervenção?
	PDCT CIM Baixo Alentejo.	1-Leitura comparativa.	1-Comparação entre os Pactos.	
	PDCT CIM Lezíria do Tejo.	1-Leitura comparativa.	1-Comparação entre os Pactos.	1-A comparação entre os Pactos pode ser importante para o Relatório de Estágio.

Quadro 19 – Atividades desenvolvidas durante a semana 14.

Fonte: Elaboração própria.

Com a finalização do ponto, “Identificação de Atores”, iniciou-se a elaboração do seguinte, Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. No terceiro ponto o objetivo passa por explicar a estrutura do conteúdo estratégico e programático do PDCT-AC.

As leituras comparativas dos Pactos de outras regiões foram importantes para entender a forma como as CIM pretendiam implementar as suas EIDT e qual era o seu processo de monitorização. Surgiu ainda a hipótese de realizar comparações efetivas entre os Pactos neste relatório, contudo a informação seria pouco relevante devido à semelhança das intervenções no território.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
15 18/12/2017	Sistema de Monitorização.	1-Continuação da elaboração do ponto: Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão.	1-Início, no quarto ponto, do subponto Contributos.	
	Orientações sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020 – AD&C.	1-Releitura.	1-Utilização do documento como base de apoio.	

Quadro 20 – Atividades desenvolvidas durante a semana 15.  
Fonte: Elaboração própria.

Na sequência do trabalho referente ao Sistema de Monitorização do PDCT-AC, continuou-se a elaboração do subponto “Contributos”, onde se apresentam os fatores para que o PDCT-AC pretende contribuir. Estes fatores têm importância para a aferição de indicadores para a monitorização.

Tornou-se necessário reler as orientações por parte da AD&C para utilizar o documento como base de apoio no desenho do sistema. O suporte de alguns documentos relevantes em termos de monitorização, que foram alvo de leitura durante o estágio, auxiliaram-me na elaboração do Sistema de Monitorização do PCDT-AC.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
16 25/12/2017	Sistema de Monitorização.	1-Continuação da elaboração do ponto: Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão. 2-Finalização do ponto: Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão.	1-Finalização do subponto: Contributos. 2-Finalização do subponto: Intervenção.	

Quadro 21 – Atividades desenvolvidas durante a semana 16.  
Fonte: Elaboração própria.

Esta semana, bem como a anterior, incluiu dias de paragem no trabalho devido a feriados ou tolerâncias de ponto da entidade, o que resultou na diminuição das horas de trabalho e, por consequência, na redução dos resultados. Contudo, concluiu-se o ponto, “Estrutura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial”, com a transcrição do racional dos eixos de intervenção e plano de ação do PDCT-AC.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
17 1/01/2018	Sistema de Monitorização.	1-Início e finalização do ponto: Monitorização. 1-Início do último ponto: Sistema de Monitorização.	1-Finalização dos subpontos: Objetivos, Relevância e Pertinência.	

Quadro 22 – Atividades desenvolvidas durante a semana 17.

Fonte: Elaboração própria.

A elaboração do ponto “Monitorização” pretende demonstrar o entendimento da CIMAC no que diz respeito à monitorização enquanto prática aplicável no correto desenvolvimento e acompanhamento do PDCT-AC.

Por último, principiou-se o ponto “Sistema de Monitorização” que assume um papel fulcral nos contributos prestados, dado que é o cerne do Sistema de Monitorização do PDCT-AC. Este último ponto tem o objetivo de definir condições para o correto acompanhamento do PDCT-AC e assim permitir correções atempadas.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
18 8/01/2018	Sistema de Monitorização.	1-Continuação do último ponto: Sistema de Monitorização. 2-Reunião com a técnica participante na elaboração do PDCT-AC sobre algumas correções dos primeiros pontos. 3-Entrega de alguns comentários e ajustes por parte da Chefe da Unidade Ambiente e Desenvolvimento.	1-Elaboração dos subpontos: Matriz de Coerência e Indicadores de Contexto. 2-Correções com base nos comentários.	
	Audição da EIDT AM Lisboa 2020.	1-Leitura sobre a monitorização dos eixos.	1-Conhecimentos sobre monitorização baseada em eixos de intervenção.	
	<i>Proposta de Sistema de Monitorização da Estratégia de Especialização Inteligente da Região Alentejo 2014-2020. - UMPP Estudos nº3.</i>	1-Leitura.	1-Leitura integral do documento, com particular atenção nas baterias de indicadores.	

Quadro 23 – Atividades desenvolvidas durante a semana 18.

Fonte: Elaboração própria.

Tomando em consideração que o Sistema de Monitorização do PDCT-AC se encontrava numa fase aproximada do fim da sua elaboração, importou realizar algumas reuniões para ajustar algumas correções e discutir o trabalho desenvolvido até à data. As correções e comentários ajudaram a melhorar o desenvolvimento do Sistema de Monitorização do PDCT-AC.

Elaboraram-se os subpontos “Matriz de Coerência” e “Indicadores de Contexto”, em que o primeiro pretende aferir a conformidade dos eixos de intervenção do Pacto com os objetivos temáticos do Portugal 2020 – Acordo de Parceria e o segundo procura constituir uma bateria de indicadores de contexto relativa às variáveis contextuais da região.

Realizaram-se ainda algumas leituras sobre a monitorização baseada em eixos de intervenção e em baterias de indicadores, com o propósito de auxiliar no desenvolvimento do último subponto.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
19 15/01/2018	Sistema de Monitorização.	1-Desenvolvimento do último ponto: Sistema de Monitorização. 2-Desenvolvimento dos anexos.	1-Elaboração do subponto: Domínios de Análise (Monitorização do Processo de Seleção; Monitorização da Execução; Monitorização das Realizações e Resultados). 2-Finalização dos subpontos: Matriz de Coerência e Indicadores de Contexto.	
	<i>Guidence Document on Monitoring and Evaluation – European Commission.</i>	1-Releitura.	1-Estruturação do Sistema de Monitorização com base nos conceitos e recomendações.	

Quadro 24 – Atividades desenvolvidas durante a semana 19.  
Fonte: Elaboração própria.

Na aproximação do fim do estágio curricular desenvolveu-se o último subponto “Domínios de Análise”, onde constam três monitorizações a realizar no Pacto. A “Monitorização do Processo de Seleção” passa por acompanhar a abertura de avisos e candidaturas apresentadas, a “Monitorização da Execução” diz respeito ao acompanhamento da aplicação/execução dos fundos e a “Monitorização de Realizações e Resultados” pretende acompanhar o produto dos indicadores de realização e resultado.

Estes domínios têm como base os documentos de referência já mencionados, releu-se novamente um deles para rever alguns conceitos importantes na monitorização.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
20 22/01/2018	Sistema de Monitorização.	1-Finalização do último ponto: Sistema de Monitorização. 2-Entrega do documento final.	1-Finalização do subponto: Domínios de Análise. 2-Releitura final do documento.	
	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Sistema de Monitorização.	1-Reunião com o primeiro secretário André Espenica e com as Chefes de Unidade. 2- Entrega final do documento.	1-Apresentação de todo o trabalho desenvolvido para o documento. 2-Explicação do funcionamento do documento e de algumas observações. 3-Recomendações sobre aquilo que ainda existe por fazer. 2-Discussão e observações por parte dos intervenientes.	

Quadro 25 – Atividades desenvolvidas durante a semana 20.

Fonte: Elaboração própria.

A finalização do documento referente ao Sistema de Monitorização do PDCT-AC, resultou na entrega do mesmo para avaliação do Primeiro Secretário e das Chefes de Unidade da CIMAC.

A fim de apresentar o documento, Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Sistema de Monitorização, realizou-se uma reunião com os intervenientes no trabalho desenvolvido. Na reunião desenvolvi uma apresentação integral do documento, explicações sobre os indicadores e algumas recomendações sobre a recolha de informação para alimentar os indicadores e sobre o trabalho necessário a desenvolver no futuro a respeito do documento. No final, aconteceu uma discussão sobre o trabalho realizado de onde sucederam algumas observações finais.

SEMANA	TEMA	ATIVIDADES	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
21 29/01/2018	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Sistema de Monitorização.	1-Finalização do documento. 2-Colocação dos documentos no servidor da CIMAC.	1-Elaboração de alterações com base na reunião. 2-Atualização de todos os links e hiperligações.	
	Término de estágio.	1-Lanche convívio.		

Quadro 26 – Atividades desenvolvidas durante a semana 21.

Fonte: Elaboração própria.

Na última semana terminou-se o documento Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Sistema de Monitorização e para concluir, colocou-se o documento e as baterias de indicadores no servidor da CIMAC com *links* e hiperligações atualizadas.

Um lanche convívio deu por encerrado o estágio curricular na CIMAC.

## CAPÍTULO III – PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL – PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

O presente capítulo pretende apresentar uma proposta de Sistema de Monitorização para o PDCT-AC. A monitorização é um processo fundamental para uma boa gestão e deve constituir-se como um instrumento tão importante como o próprio desenvolvimento da intervenção, pois apenas com o correto acompanhamento se consegue garantir o avanço em direção aos resultados esperados.

Para este propósito, primeiramente, importa descrever o objeto da monitorização a partir de algumas dimensões (ponto 2), identificar os atores (ponto 3) e demonstrar a estrutura da intervenção em causa (ponto 4). Estes primeiros pontos têm como objetivo o enquadramento do objeto no qual a monitorização incidirá.

Seguidamente, procura-se demonstrar o entendimento da CIMAC no que diz respeito à monitorização enquanto prática a ser aplicada no PDCT-AC (ponto 5).

O Sistema de Monitorização (ponto 6), ponto central do documento, que tem por base as orientações sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020, apresentadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, divide-se em três subpontos:

- Matriz de coerência – que pretende aferir a conformidade da intervenção com os objetivos temáticos do Portugal 2020 - Acordo de Parceria;

- Indicadores de contexto – que possibilitam a monitorização contextual na sub-região Alentejo Central; e

- Domínios de análise – que permitem a monitorização, em diferentes momentos, de todas as fases dos projetos.

Os domínios de análise são constituídos por três monitorizações que pretendem acompanhar o decurso integral de todos os projetos e garantir que avancem na direção dos resultados esperados:

- Monitorização do processo de seleção – acompanhamento da abertura de avisos e de candidaturas apresentadas/aprovadas;

- Monitorização da execução – acompanhamento da aplicação/execução dos FEEI; e

- Monitorização de realizações e resultados – acompanhamento dos produtos dos indicadores de realização e resultado.

## 1 – DESCRIÇÃO DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

No atual ponto, pretende-se descrever o PDCT-AC, identificando como se constituiu e o seu conteúdo. Para este fim é apresentado um conjunto de dimensões:

- Objetivo – os objetivos que o PDCT-AC se compromete alcançar;
- Âmbito – âmbito de intervenção do PDCT-AC;
- Ações – ações previstas a realizar;
- Cobertura territorial – território de influência;
- Duração – intervalo de tempo previsto na intervenção;
- Recursos – Recursos afetos; e
- Resultados esperados – resultados que se espera atingir.

O PDCT-AC pretende colocar em prática a Estratégia Europa 2020, que visa o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, pois faz parte de uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial presente no Portugal 2020 – Acordo de Parceria, para este fim o Pacto apresenta-se como uma relevante inovação no período 2014-2020, que evoluiu qualitativamente a partir da figura dos contratos de delegação de competências com a subvenção global que existiu no Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 (QREN), evolução conseguida por um mais amplo âmbito de temáticas suscetíveis de contratualização e um maior número de entidades intervenientes.

O PDCT-AC consiste num acordo entre a CIMAC e as Autoridades de Gestão do Programa Operacional Regional Alentejo 2020 (PORA), do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego (POISE), que resulta na celebração de um contrato ao abrigo do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que define os termos e as condições aplicáveis ao relacionamento entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e as CIMs.

O Pacto ancora-se na EIDT-AC, estratégia sub-regional para as intervenções públicas e privadas a desenvolver no período 2014-2020, que se assume como a base para a contratualização do PDCT e pretende garantir a coerência das ações a realizar no âmbito dos Programas Operacionais 2020, viabilizando o enquadramento estratégico para a execução dos ITI através do PDCT. Portanto, a implementação de parte da EIDT é concretizada pelo Pacto, por meio da mobilização das entidades municipais e um conjunto de atores presentes na região com o intuito de realizar as ações concertadas no quadro das prioridades de investimento.

A decorrência do Pacto pela Estratégia é apresentada no seguimento dos eixos de intervenção em relação aos domínios estratégicos, explanando a mesma orientação presente em ambos.

No Quadro 27 apresentam-se os domínios estratégicos de intervenção propostos na EIDT-AC e os eixos de intervenção do PDCT-AC, que ocorrem no seguimento de cada domínio.

EIDT-AC	PDCT-AC
DOMÍNIO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO	EIXOS DE INTERVENÇÃO
<p><b>A - COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO:</b></p> <p>Apoiar o desenvolvimento e inovação empresarial, promover a valorização económica dos recursos territoriais regionais e reforçar a competitividade da base económica regional.</p>	<p><b>A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO:</b></p> <p>Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala</p>
<p><b>B - REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL:</b></p> <p>Fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento.</p>	<p><b>B - CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:</b></p> <p>Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos.</p>
<p><b>C - ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO:</b></p> <p>Implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade.</p>	<p><b>C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS:</b></p> <p>Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono.</p>
<p><b>D - COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA:</b></p> <p>Inovação e coesão social e bem-estar da população.</p>	<p><b>D - COESÃO SOCIAL:</b></p> <p>Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza.</p> <p>Qualificar as redes de equipamentos sociais.</p> <p>Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar</p>
<p><b>E - VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL:</b></p> <p>Proteção do ambiente, preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais.</p>	<p><b>E - PROTEÇÃO AMBIENTAL, ADPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS:</b></p> <p>Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas</p> <p>Melhorar os sistemas de gestão de resíduos</p>

Quadro 27 – Relação da intervenção da EIDT-AC com o PDCT-AC.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC & ADRAL (2014), CIMAC (2015).

## 1.1 – OBJETIVO

O PDCT-AC, para o horizonte 2020, procura promover a resiliência da região através da competitividade, da sustentabilidade e da coesão, alocando os recursos financeiros para o robustecimento dos fatores estratégicos de competitividade e coesão regional com o propósito de alcançar um crescimento sustentável e inclusivo. O objetivo passa pela afirmação do território enquanto espaço ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante no sistema urbano nacional e no espaço de conexões entre a AM Lisboa e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente.

## 1.2 – ÂMBITO

O Pacto está orientado para melhorar as condições do território e qualificar a oferta dos serviços públicos coletivos, focando-se principalmente nas áreas da inclusão, educação, abrangendo também o apoio à criação de empresas e emprego, à melhoria da eficiência energética com ênfase na iluminação pública e à modernização administrativa com o intuito de capacitar as entidades municipais e intermunicipais na prestação de serviços à população. Similarmente, as áreas do ambiente, cultura, património cultural e natural são alvos de intervenção.

O âmbito das áreas de intervenção surge pelos ITI concertados estrategicamente com a EIDT-AC, alcançando um nível de alinhamento estratégico e operacional. Apesar do perímetro de intervenção condicionado pelas regras de programação, os ITI apresentam uma área de intervenção ampla, integrada e intermunicipal.

A intervenção estratégica dos ITI Alentejo Central apresenta um valor económico e social relevante em quatro áreas: a sustentabilidade urbana, que se prende pela melhoria do desempenho energético-ambiental das infraestruturas públicas e por consequência da região; o Governo local, que pretende qualificar e modernizar a administração pública local através da reengenharia de processos, com novos modelos de atendimento e disponibilização de serviços online; a qualidade do sistema educativo, que almeja reduzir o abandono e insucesso escolar, aumentando as competências e a empregabilidade; a valorização dos ativos patrimoniais, que se realiza com a promoção do património natural e cultural por meio de intervenções que valorizam o território na ótica da fruição turística.

O PDCT-AC que concretiza os ITI, apresenta intervenções nas seguintes prioridades de investimento: 2.3, 4.3, 5.1, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5 (sendo que, as prioridades 4.3, 5.2, 9.7 e 10.5 são exclusivamente mobilizáveis pelos Pactos), das quais as prioridades 2.3, 5.1, 6.1, 6.3 e 8.3 são, por opção, unicamente mobilizadas com projetos intermunicipais.

No Quadro 28 descrevem-se as prioridades de investimento em que o PDCT concentra a sua ação, bem como o PO no qual estão contratualizadas e a dotação financeira alocada pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

PI	DESCRIÇÃO	PO	RE	FEEI
2.3	Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PORA	CI	1 396 439 €
4.3	Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Local.	PORA	SEUR	7 450 500 €
5.1	A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseados nos ecossistemas.	POSEUR	SEUR	300 000 €
6.1	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.	POSEUR	SEUR	0 € <sup>27</sup>
6.3	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.	PORA	SEUR	4 794 000 €
8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	PORA	ISE	2 125 000 €
8.8	Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.	PORA	ISE	1 732 000 €
9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	PORA / POISE	ISE	2 743 828 €
9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	POISE	ISE	2 125 000 €
9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	PORA	ISE	5 255 319 €
10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade de acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e na formação.	PORA	CH	4 182 000 €
10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.	PORA	CH	5 018 315 €

Quadro 28 – Prioridades de Investimento consideradas no PDCT-AC.<sup>28</sup>

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015).

<sup>27</sup> PI que integrou a versão inicial contratada, mas descontratualizada em maio de 2017.

<sup>28</sup> Valores contratados no PDCT pós descontratualização da PI 6.1 e aumento da dotação na PI 10.5.

### 1.3 – AÇÕES

Os eixos de intervenção, referidos anteriormente, tornam-se a base para as ações a desenvolver no Pacto, portanto identificam-se ações para estimular o empreendedorismo, reorganizar a oferta dos serviços públicos e coletivos, modernizar os processos administrativos e operacionais da administração local, valorizar o património cultural e ambiental, viabilizar a eficiência energética nos edifícios públicos, propiciar a inclusão social, qualificar o ensino, combater o abandono e insucesso escolar e capacitar os atores para a adaptação às alterações climáticas.

As ações descritas perspetivam a mobilização do conjunto de atores inerentes ao PDCT-AC, numa intenção de intervenções integradas para a região.<sup>29</sup>

### 1.4 – COBERTURA TERRITORIAL

O território alvo corresponde ao Alentejo Central (NUT III), composto por 14 municípios, com uma área total de 7 393 km<sup>2</sup> e uma população de 166 706 habitantes.

-Municípios:

Alandroal  
Arraiolos  
Borba  
Estremoz  
Évora  
Montemor-o-Novo  
Mora  
Mourão  
Portel  
Redondo  
Reguengos de Monsaraz  
Vendas Novas  
Viana do Alentejo  
Vila Viçosa

### 1.5 – DURAÇÃO

O período de vigência do Pacto iniciou-se a 21 de maio de 2015, data da sua assinatura, e tem duração enquanto vigorarem os Programas Operacionais, não sendo denunciado por algum subscritor.

---

<sup>29</sup> Ver o Quadro de Projetos no Anexo I.

## 1.6 – RECURSOS

A concretização do Pacto coloca em ação integrada recursos técnicos, organizativos e humanos dos municípios e de todos os atores, principalmente da CIMAC, que apresenta uma equipa multidisciplinar e experiente, acompanhada de uma gestão desenvolvida pelo Secretariado Executivo Intermunicipal.

Os recursos financeiros atribuídos ao PDCT-AC por comparticipação comunitária são de 37 123 331€, apoiados por três Programas Operacionais que recorrem a financiamento em três FEEL: Fundo de Coesão (FC), FEDER e Fundo Social Europeu (FSE).

No Quadro 29 apresentam-se os valores contratados no PDCT-AC, com a distribuição em cada fundo estrutural, por Programa Operacional.

		FEEL		
		FC	FEDER	FSE
PO	ALENTEJO 2020		25 647 503€	7 009 128€
	POSEUR	300 000€		
	POISE			4 166 700€
	TOTAL	300 000€	25 647 503€	11 175 828€
		37 123 331€		

Quadro 29 – Valores contratados no PDCT-AC.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015).

Nota: Valores contratados no PDCT pós desconstratualização da PI 6.1 e aumento da dotação na PI 10.5.

## 1.7 – RESULTADOS ESPERADOS

Agregadamente, o principal resultado que o PDCT-AC pretende alcançar diz respeito à implementação de parte da EIDT no Alentejo Central para isto, espera-se atingir os pressupostos existentes em cada eixo de intervenção.

Expecta-se que o Pacto contribua para criar projetos empresariais de pequena escala que permitam a criação de emprego, constituir uma rede sub-regional de viveiros de empresas, modernizar os serviços da administração local na utilização de tecnologias informáticas e serviços online, desenvolver a integração de redes de serviços partilhados de base territorial, qualificar as condições do exercício do planeamento e gestão territorial, reduzir os consumos energéticos nos edifícios e espaço públicos, valorizar o património natural e cultural, diminuir o insucesso e abandono escolar, requalificar as infraestruturas de ensino, promover a inovação social e inclusão pela cultura, reforçar a capacidade de adaptação às alterações climáticas e o dispositivo operacional de gestão de operações de emergência.

## 2 – IDENTIFICAÇÃO DE ATORES

Apresentam-se no Quadro 30 os atores presentes no PDCT-AC, que se faz constituir por 14 subscritores municipais e 21 subscritores não municipais, que se afiguram como potenciais beneficiários das intervenções a promover.

PROMOTOR	
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	
SUBSCRITORES	
MUNICIPAIS	NÃO MUNICIPAIS
MUNICÍPIO DE ALANDROAL	ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central
MUNICÍPIO DE BORBA	A.N.J.E. – Associação Nacional de Jovens Empresários
MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo
MUNICÍPIO DE ÉVORA	Associação Comercial do Distrito de Évora – Comércio, Turismo e Serviços
MUNICÍPIO DE MONTEMO-O-NOVO	CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro
MUNICÍPIO DE MORA	CCDR A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
MUNICÍPIO DE MOURÃO	DEGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
MUNICÍPIO DE PORTEL	DRCALETEJO – Direção Regional da Cultura do Alentejo
MUNICÍPIO DE REDONDO	FEA – Fundação Eugénio de Almeida
MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EM
MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA	ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.
	LEADER-SOR – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor
	MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central ACE
	NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora – Associação Empresarial
	ROTA DO GUADIANA – Associação de Desenvolvimento Integrado
	TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado
	Turismo do Alentejo, E.R.T.
	UE – Universidade de Évora

Quadro 30 – Atores presentes no PDCT-AC.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015).

### 3 – ESTRUTURA DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

Neste ponto explana-se a estrutura do conteúdo estratégico e programático enquanto programa de ação a realizar e passível de ser monitorizado. Portanto, são apresentados dois tópicos que elucidam as ações pressupostas:

- Contributos – contributos previstos; e
- Intervenção – racional dos eixos de intervenção e programa de ação.

#### 3.1 – CONTRIBUTOS

O Pacto, enquanto instrumento de desenvolvimento do território, procura contribuir para um conjunto de fatores multidisciplinares paralelos aos eixos de intervenção considerados prioritários para a promoção do desenvolvimento da região.

Os contributos que o PDCT-AC perspectiva alcançar prevêem-se como essenciais para o Sistema de Monitorização, pois de acordo com as ambições é possível verificar a cobertura da estratégia em relação aos objetivos propostos.

Em seguida, apresentam-se os contributos previstos pelo PDCT-AC:

“- Orientar intervenções e medidas atração de investimento inovador e de qualificação da população ativa no sentido da especialização económica do território face ao aproveitamento dos seus recursos endógenos e capacidade inovadora e de produção instaladas.

- Fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento assente em plataformas colaborativas que permitam assegurar níveis de equidade e acesso a serviços pelos cidadãos promotores de maiores níveis de participação e coesão social.

- Preservar as características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região enquanto fator de desenvolvimento e sustentabilidade do território, garante da sua dinamização económica e atratividade de investimento e população (habitantes e visitantes).

- Desenvolver políticas integradas de apoio social, no quadro de consolidação de um setor de economia social, explorando o potencial oferecido pelo conjunto de equipamentos sociais já existentes e qualificando estas infraestruturas e alterando os esquemas de acesso a estas valências, por forma a potenciar a perceção positiva sobre o meio rural.” (CIMAC, 2015, p. 15).

#### 3.2 – INTERVENÇÃO

Primeiramente importa identificar o racional presente em cada eixo de intervenção, para em seguida se demonstrar o programa de ação presente no PDCT-AC. O raciocínio dotado em cada eixo ostenta as ideias que surgem no encadeamento com a EIDT-AC, resultando em objetivos, medidas e resultados a atingir.

No Quadro 31 sistematiza-se o racional existente em cada eixo de intervenção presente no PDCT-AC.

EIXOS DE INTERVENÇÃO	RACIONAL
EIXO A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO	Apoiar a promoção de projetos empresariais integrados, de pequena escala, tendo como beneficiários privilegiados dois públicos específicos dando resposta a resultados do diagnóstico sub-regional: jovens empreendedores (programa COMEÇAR) e desempregados portadores de competências profissionais especializadas com potencial de valorização económica para a criação (programa RECOMEÇAR). Articulação com as iniciativas municipais e da CIMAC com vista à criação e dinamização de uma rede sub-regional de viveiros de microempresas. Fortalecer a articulação com os GAL, a ADRAL, o NERE e o IEFP e que se traduzirá na formalização de parceiras de suporte aos projetos.
EIXO B - CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL	Aprofundar o esforço de modernização dos processos administrativos e operacionais da administração local numa lógica de serviço direto e por via digital entre a administração local, os cidadãos e as empresas. Consolidar a estratégia de potenciar melhorias nos serviços aos cidadãos, às empresas e aos técnicos e estruturas municipais numa lógica de cidades inteligentes e acessíveis bem como reforçar o número de serviços públicos integrados totalmente online.
EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS	Promover o desenvolvimento urbano sustentável através da eficiência energética nas infraestruturas públicas, contribuindo para ultrapassar os baixos níveis de eficiência energética regional e da valorização do património natural e cultural, apoiada em três operações integradas de âmbito intermunicipal: Grande Rota do Montado, Sistema de Fruição do Património do Alentejo Central e o Centro de Acolhimento de Turistas em Évora.
EIXO D - COESÃO SOCIAL	Combater a exclusão e o isolamento, qualificar os equipamentos de apoio social e equipamentos de ensino básico e diminuir o insucesso escolar. Promover processos de inclusão social dos indivíduos e grupos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria. Aumentar a empregabilidade, para o reforço e valorização dos processos de participação dos cidadãos, aprofundar o conhecimento dos fenómenos de abandono escolar e sua inversão e para a minimização dos impactos resultantes do isolamento geográfico. Qualificar a rede de equipamentos sociais e educativos, através de ações de âmbito municipal sobretudo vocacionadas para a melhoria e articulação das respostas prestadas, para a requalificação de espaços, para a introdução de processos de inovação social na prestação das respostas existentes e para a qualificação da rede escolar, centrada na melhoria dos equipamentos do ensino pré-escolar e básico.
EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL, ADPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS	Realizar atuações de características transversais de planeamento (Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas), gestão de informação e de operações (nomeadamente de operações de emergência de proteção civil) e de sensibilização das populações (tocada no uso racional de recursos e no incremento da resiliência às alterações climáticas). Contribuir para o reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas, de gestão de riscos e de mobilização das populações para um uso mais eficiente de recursos.

Quadro 31 – Racional dos eixos de intervenção do PDCT-AC.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015).

O programa de ação encontra-se organizado pelos cinco eixos antes expostos, associando objetivos estratégicos e específicos que resultam em medidas, concretizadas nos projetos inseridos no quadro de investimentos a desenvolver pelos agentes presentes no PDCT-AC.

O Quadro 32 mostra o programa de ação incluso no Pacto.

EIXOS	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	MEDIDAS	RESULTADOS A ATINGIR
EIXO A	-Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora. -Apoiar iniciativas empresariais de pequena escala.	-Criação de emprego no quadro de iniciativas de pequena escala. Criação e desenvolvimento de microempresas associadas à exploração de recursos endógenos.	-Medida A.I - Apoio à criação de emprego e à criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. -Medida A.II - Criação de uma rede sub-regional de viveiros de microempresas	Criar projetos empresariais de pequena dimensão geradores de emprego sustentável e mobilizadores de capacidade empreendedora nas áreas emergentes da economia cultural e criativa, da economia social, da economia verde, mas também nas áreas tradicionais da valorização dos produtos endógenos. Constituir uma rede sub-regional de infraestruturas de incubação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas apoiada numa abordagem integrada de dinamização e promoção.
EIXO B	-Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos.	-Reforçar a disponibilidade e a qualidade de serviços públicos locais em linha.	-Medida B.I - Modernização administrativa dos serviços da administração local centrada na utilização das TIC.	Reforçar o volume de serviços públicos integrados online. Desenvolver a integração de redes de serviços partilhados de base territorial com suporte digital. Qualificar as condições do exercício do planeamento e gestão territorial por parte dos municípios nomeadamente ao nível dos sistemas de informação geográfica, gestão operacional do habitat, gestão energética, gestão da rede de equipamentos.
EIXO C	-Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono.	-Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas locais e no espaço público. -Promoção e valorização do património natural e cultural.	-Medida C.I - Criação (ou integração) de rotas e itinerários experienciais. -Medida C.II - Valorização e fruição do património natural e cultural.	Reduzir os consumos e incremento da racionalização da utilização de energia elétrica ao nível da administração pública. Reforçar a imagem de destino turístico de excelência através do incremento da qualidade da infraestrutura e logística sub-regional de acolhimento turístico e de apoio à visitação.
EIXO D	-Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza. -Qualificar as redes de equipamentos sociais. -Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar.	-Promover o desenvolvimento de competências e dos níveis de empregabilidade de grupos vulneráveis. -Qualificar e adaptar a rede de equipamentos e melhorar a oferta de serviços de saúde e apoio social. -Promover a igualdade no acesso ao ensino e a qualidade do sistema de educação.	-Medida D.I - Animação territorial para a coesão social. -Medida D.II - Rede de equipamentos de saúde. -Medida D.III - Rede de equipamentos e serviços de apoio social. -Medida D.IV - Promoção do sucesso escolar. -Medida D.V - Infraestruturas pré-escolares e do ensino básico.	Reduzir significativamente a taxa de abandono escolar. Apoiar um número significativo de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas locais de promoção da inclusão pela cultura. Consolidar a rede de equipamentos sociais existente, com integração e diversificação das respostas prestadas, num serviço assente na qualidade, na inovação social e na qualificação dos espaços. Requalificação de infraestruturas educativas do ensino básico e pré-escolar.
EIXO E	-Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas. -Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.	-Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas. -Reforço da gestão face aos riscos. -Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição.	-Medida E.I - Instrumentos de planeamento. -Medida E.II - Planeamento e gestão de informação. -Medida E.III - Sensibilização da população.	Reforçar o dispositivo de planeamento de âmbito sub-regional para adaptação às alterações climáticas. Reforçar o dispositivo operacional de gestão de operações de emergência. Reforçar padrões de comportamento visando a redução da produção de resíduos.

Quadro 32 – Programa de ação do PDCT-AC.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015).

## 4 – MONITORIZAÇÃO

O presente ponto reflete o entendimento da CIMAC no que diz respeito à monitorização enquanto prática aplicável no correto desenvolvimento de PDCT-AC.

No âmbito do Portugal 2020 - Acordo de Parceria, a monitorização deve ser entendida enquanto instrumento que analisa se a implementação dos programas está a decorrer de acordo com o previsto, de forma eficiente, identificando em simultâneo, eventuais pontos críticos e desvios que alterem os resultados esperados, de forma a que seja possível a sua correção e gestão atempadas. O Sistema de Monitorização do PDCT-AC procura replicar esta noção, atuando como instrumento de acompanhamento do Pacto, possibilitando correções, e ao mesmo tempo atuando como uma ferramenta de produção de informação.

Na ambição de ir ao encontro das prioridades definidas, de executar o programa de ação e de responder eficazmente à necessidade de monitorizar o PDCT-AC, responde-se às seguintes dimensões da monitorização:

- Objetivo – finalidade da monitorização;
- Relevância – importância de monitorizar; e
- Pertinência – sentido da monitorização.

Apesar de existirem mais dimensões passíveis de serem analisadas, estas demonstram ser mais significativas relativamente ao Pacto.

### 4.1 – OBJETIVO

O objetivo da monitorização do Pacto consiste no acompanhamento e análise permanente dos projetos presentes no quadro de investimentos, com o intuito de perceber se estão iniciados, se progridem e cumprem com a planificação convencionada, a fim de alcançar os resultados previstos. A monitorização procura igualmente fornecer uma base sólida de informação aos diversos promotores do PDCT-AC, permitindo desta forma corrigir eventuais problemas e desvios e apoiar a tomada de decisão na concretização de ajustamentos e planificação de investimentos complementares.

### 4.2 – RELEVÂNCIA

A relevância de monitorizar prende-se pela necessidade de acompanhar a abertura de avisos, a execução dos fundos e as metas a atingir nos indicadores de realização e resultado, com o propósito de poder ler-se continuamente toda a evolução em direção aos resultados a atingir.

### 4.3 – PERTINÊNCIA

A pertinência desta ação entende-se no sentido de identificar, no tempo possível, eventuais desvios ou problemas no planeamento e execução dos projetos contidos no PDCT-AC, a fim de ajustar ou retificar o programa de ação.

## 5 – SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

Neste último ponto apresenta-se a proposta de Sistema de Monitorização para o PDCT-AC, baseada nas orientações sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020, apresentadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão no nº08/AD&C/2015, monitorização aplicada nos FEEI ou seja, nos programas apoiados pelos mesmos.

Para o período 2014-2020, em que o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é estratégia da UE, todas as intervenções financiadas pelos FEEI possuem uma orientação objetiva para os resultados a atingir, o que se assume como uma alteração em relação aos Quadros Comunitários anteriores, onde o foco principal passava por realizações materiais e financeiras. Com a orientação para os resultados, o Sistema de Monitorização precisa de uma representação mensurável da política e da quantificação dos objetivos, nomeadamente através de indicadores de realização e resultado e com metas para os mesmos. Partindo deste contexto, a monitorização deve demonstrar continuamente os progressos desenvolvidos em direção aos resultados pretendidos.

No sentido de desenvolver o Sistema de Monitorização do PDCT-AC estrutura-se este ponto da seguinte forma:

- Matriz de coerência;
- Indicadores de contexto; e
- Domínios de análise:
  - Monitorização do processo de seleção;
  - Monitorização da execução; e
  - Monitorização de realizações e resultados.

### 5.1 – MATRIZ DE COERÊNCIA

Primeiramente, importa aferir a conformidade entre os eixos de intervenção do PDCT-AC, ancorados nos domínios da EIDT-AC, e os objetivos temáticos do Portugal 2020 - Acordo de Parceria, pois o Pacto enquanto contrato financiado pelos fundos comunitários tem de fomentar os objetivos do Acordo de Parceria. Para este efeito, recorre-se a uma matriz de coerência onde se permite a leitura da complementaridade existente entre os eixos e os objetivos.

OBJETIVOS TEMÁTICOS PT2020	PI	EIXOS DE INTERVENÇÃO PDCT-AC				
		EIXO A Promoção do empreendedorismo e do emprego	EIXO B Capacitação e modernização da administração pública local	EIXO C Qualificação e valorização do território e utilização sustentável de recursos	EIXO D Coesão social	EIXO E Proteção ambiental
OT2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade.	2.3		+++		+	
OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.	4.3		++	+++		+
OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos.	5.1			+		+++
OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.	6.3			+++		++
OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores.	8.3 8.8	+++			+	
OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.	9.1 9.4 9.7	++		+	+++	
OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.	10.1 10.5	+			+++	

Quadro 33 – Matriz de coerência entre os eixos de intervenção do PDCT-AC e os objetivos temáticos do Portugal 2020 - Acordo de Parceria.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015), Governo de Portugal (2014).

Legenda:

- + complementaridade pouco intensa
- ++ complementaridade intensa
- +++ complementaridade muito intensa

## 5.2 – INDICADORES DE CONTEXTO

A constituição de uma bateria de indicadores de contexto torna-se relevante na medida em que possibilita a monitorização contextual na sub-região Alentejo Central, na qual o Pacto se insere. Estes indicadores possuem uma natureza territorial, económica, social e ambiental, de modo a servirem de referencial de informação relativo às variáveis de contexto, com o intuito de fornecerem informação que permita interpretar os fatores externos que podem interferir no plano de ação do PDCT-AC, viabilizando ainda a comparação com outras sub-regiões.

Seguidamente, enumera-se um conjunto de indicadores de contexto propostos, divididos em três grupos, baseados nas três dimensões complementares da estratégia de desenvolvimento da sub-região Alentejo Central, presentes na EIDT do Alentejo Central 2020.

### -Desenvolvimento e coesão territorial

PIB regional.

Valor Acrescentado Bruto.

Exportações.

Importações.

Número de empresas.

Taxa de natalidade das empresas.

Taxa de sobrevivência das empresas.

População empregada.

População que utiliza internet para realizar serviços avançados.

Índice sintético de desenvolvimento regional (competitividade).

### -Coesão social

Taxa de desemprego.

Poder de compra per capita.

Capacidade das respostas sociais.

Estabelecimentos de ensino.

Taxa de abandono precoce na educação e formação.

Taxa bruta de pré-escolarização e escolarização.

Alunos matriculados no ensino.

Índice sintético de desenvolvimento regional (coesão).

-Sustentabilidade ambiental e cultural

Consumo de energia elétrica.

Taxa líquida de ocupação de camas nos estabelecimentos hoteleiros.

Espectadores de espetáculos ao vivo.

Visitantes de museus.

Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade Ambiental).

### 5.3 – DOMÍNIOS DE ANÁLISE

Respeitando as orientações para a monitorização dos programas apoiados pelos FEEI, que pretendem o acompanhamento constante de todas as fases conducentes à sua aplicação, com o intuito de demonstrar e confirmar os avanços realizados no sentido dos resultados pretendidos e ainda, garantir informação contínua de suporte à gestão operacional e financeira, apresentam-se os domínios de análise do Sistema de Monitorização:

-Monitorização do processo de seleção – acompanhamento da abertura de avisos e de candidaturas apresentadas/aprovadas.

-Monitorização da execução – acompanhamento da aplicação/execução dos FEEI.

-Monitorização de realizações e resultados – acompanhamento dos produtos dos indicadores de realização e resultado.

Utilizam-se estes domínios de análise para o Sistema de Monitorização do PDCT-AC porque, para além de serem recomendados nas orientações, as três fases de monitorização permitem, em diferentes momentos, averiguar e assegurar que os projetos existentes no Pacto cumprem os objetivos em direção aos resultados esperados.

Através da utilização destes domínios procura-se acompanhar o decurso integral de todos os projetos que estão presentes no Pacto, desde a abertura do aviso de concurso até à última realização que conduza ao resultado esperado.

O processo de recolha de informação para sustentar estas monitorizações pretende ser preciso através do registo correto e atempado de dados, criando a possibilidade de comparação entre períodos de tempo distintos, entre diferentes programas de âmbito semelhante e entre os Pactos de outras sub-regiões. Desta forma garante-se a produção de informação fiável que salvaguarda a leitura estatística necessária à monitorização.

### 5.3.1 – MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO<sup>30</sup>

No presente domínio não se efetua a monitorização do processo de seleção dos projetos que constituem o PDCT-AC, pois para a maioria das prioridades de investimento as iniciativas a desenvolver estão já identificadas/inscritas no Pacto contratado. Por outro lado, para os projetos inscritos, o processo de seleção passa por uma verificação dos requisitos exigidos.

Portanto, a monitorização do processo de seleção passa pelo acompanhamento da abertura de avisos de concurso relativos às prioridades de investimento contempladas no Pacto, para que posteriormente exista o controlo da formalização de candidaturas dentro de cada aviso para as operações inscritas, culminando na validação ou não validação das mesmas.

Em seguida, apresenta-se um conjunto de conceitos associados à monitorização do processo de seleção, relacionados com os avisos e com as candidaturas, que pretendem garantir o correto acompanhamento e disponibilização de informação.

-Monitorização de avisos:

Programa Operacional – PO em que se insere o aviso;

Regulamento Específico / Domínio – regulamento do PO em que se insere o aviso;

Prioridade de Investimento – desagregação das principais linhas de intervenção dos OT em que se insere o aviso;

Código do aviso – identificação do aviso por um código que é constituído pela designação do PO, pela tipologia de operação, pelo ano e pelo número de ordem (formato: XXXXXX-XX-0000-00);

Descritivo da intervenção – explicação sucinta da operação;

Dotação total – dotação global prevista no aviso;

Data de abertura – data inicial, presente no aviso, para se apresentarem candidaturas;

Data de encerramento – limite temporal, presente no aviso, para se apresentarem candidaturas;

Fases de candidatura – períodos de tempo, entre as datas de abertura e encerramento, para apresentar candidaturas; e

Limite de decisão – prazo máximo para a comunicação da decisão.

-Monitorização de candidaturas:

Beneficiário – designação da entidade que apresenta a candidatura;

Data de submissão – data em que a candidatura é submetida;

---

<sup>30</sup> Ver Anexo II.

Código da operação – identificação da candidatura por um código que é constituído pela identificação do Programa, pelo eixo prioritário, pela prioridade de investimento/tipologia de intervenção, pelo fundo e pela operação (Formato: XXXXXX-00-0000-FUNDO-000000);

Identificação do projeto – designação do projeto;

Valor aprovado elegível – investimento total da operação passível de financiamento;

Taxa de comparticipação – percentagem de apoio dos FEEI;

Fundo – valor do financiamento atribuído à operação (taxa de comparticipação x valor aprovado elegível);

Estado da candidatura – fase em que se encontra a candidatura, com os seguintes estados possíveis: submetida (candidatura apresentada), em apreciação (candidatura apresentada, em que o processo de verificação das condições de admissibilidade não está terminado), admitida (candidatura que confere todos os requisitos de admissibilidade e por conseguinte é aceite), não admitida (candidatura apresentada nos prazos estabelecidos mas que não confere todos os requisitos de admissibilidade), aprovada (candidatura com decisão de aprovação e consequente cofinanciamento), não aprovada (candidatura aceite mas à qual não é concedido cofinanciamento), desistida (candidatura apresentada, em que o processo não foi concluído), anulada (candidatura com decisão de aprovação e com cofinanciamento disponível mas que por alguma decisão ou incumprimento legal não se concretiza), rescindida (candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após assinatura do termo de aceitação), contratada (candidatura que foi objeto de assinatura de termo de aceitação), em execução (projeto em fase de execução) e encerrada (projeto terminado);

Data da decisão de aprovação – data da comunicação da primeira deliberação, que conclui o processo de análise;

Data do termo de aceitação – data do documento que formaliza os termos da decisão de financiamento da operação; e

Prazo de realização da operação – data de início e conclusão do investimento.

### 5.3.2 – MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO<sup>31</sup>

Neste domínio procura-se o acompanhamento efetivo da aplicação/execução dos fundos, incidindo no financiamento aprovado e financiamento executado, não descurando a caracterização das operações em causa, para que se torne possível o seguimento de todo o processo de execução financeira.

Diferencia-se a monitorização do processo de seleção em relação à monitorização da execução porque a primeira caracteriza-se pelo acompanhamento dos fluxos administrativos e financeiros pré-

---

<sup>31</sup> Ver Anexo III.

contratuais, enquanto a segunda passa pelo acompanhamento dos fluxos administrativos e financeiros pós-contratuais.

Através da monitorização da execução pretende-se conferir atempadamente ocorrências que coloquem em causa os níveis mínimos de execução da despesa pressupostos na contratualização do PDCT-AC, de forma a evitar condicionamentos à execução, almeja-se ainda observar o contributo dos FEEI para as respostas que os beneficiários dão à população.

O acompanhamento desenvolve-se recorrendo à listagem de projetos previstos no PDCT-AC, monitorizando-se cada operação individualmente, através do controlo por beneficiário e por prioridade de investimento.

Seguidamente, apresenta-se um conjunto de conceitos associados à lista de projetos previstos no PDCT-AC e à monitorização da execução, que procuram assegurar o acompanhamento da execução dos projetos e garantir a execução financeira prevista.

-Lista de projetos previstos:

Programa Operacional – PO em que se insere o aviso;

Regulamento Específico – regulamento do PO em que se insere o aviso;

Prioridade de Investimento – desagregação das principais linhas de intervenção dos OT em que se insere o aviso;

Identificação do projeto – designação do nome do projeto;

Beneficiário – designação da entidade que apresenta a candidatura; e

Fundo – valor do financiamento atribuído à operação.

-Monitorização da execução:

Código do aviso – identificação do aviso por um código que é constituído pela designação do PO, pela tipologia de operação, pelo ano e pelo número de ordem (formato: XXXXXX-XX-0000-00);

Data de submissão – data em que a candidatura é submetida;

Data do termo de aceitação – data de formalização do documento escrito que define os termos da decisão de financiamento da operação;

Código da operação – identificação da candidatura por um código que é constituído pela identificação do programa, pelo eixo prioritário, pela prioridade de investimento/tipologia de intervenção, pelo fundo e pela operação (Formato: XXXXXX-00-0000-FUNDO-000000);

Designação da candidatura – texto que identifica a operação e a que se destina o financiamento;

FEEI – dotação de fundo afeta à operação;

Prazo de realização da operação – data de início do investimento e data de finalização do investimento;

FEEL disponível – diferença entre a dotação de fundo prevista e a dotação de fundo afeta à operação;

Despesa submetida – montante de despesa paga pelos beneficiários na execução de uma operação após efetuado o pedido de pagamento, sem validação da autoridade de gestão;

Despesa validada – montante de despesa paga pelos beneficiários na execução de uma operação com validação da autoridade de gestão;

Taxa de compromisso – percentagem do fundo associado a operações aprovadas; e

Taxa de execução – percentagem da despesa validada do fundo.

### 5.3.1 – MONITORIZAÇÃO DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS<sup>32</sup>

No último domínio de análise pretende-se acompanhar a realização das operações apoiadas e os resultados que ocorrem das mesmas. Para esta monitorização recorre-se a indicadores de realização e resultado em coerência com as prioridades de investimento presentes no PDCT-AC, para que seja possível, através da utilização de metas intermédias e finais, aferir se as operações avançam em direção aos resultados esperados.

A monitorização de realizações e resultados assume-se como um ponto fundamental para dar resposta ao princípio da orientação para os resultados enfatizado na Política de Coesão da UE para 2014-2020.

Existem diferentes tipologias de indicadores apresentadas no Portugal 2020, no entanto para o presente domínio e também para o Sistema de Monitorização do PDCT-AC importa a utilização dos seguintes indicadores de contratualização:

Indicadores de realização – quantificam o produto das operações realizadas;

Indicadores de resultado – quantificam a concretização das realizações decorrentes da execução de operações.

Os indicadores de contratualização proporcionam a leitura das realizações e resultados diretos das operações, portanto a utilização de indicadores de realização permite monitorizar se as operações foram executadas e se o seu progresso avança corretamente, por outro lado, os indicadores de resultado possibilitam monitorizar o efeito direto causado pelas operações.

Na hipótese das realizações e resultados não progredirem em direção às metas estabelecidas nos indicadores, torna-se possível analisar se as intervenções são as corretas e se é necessário ajustá-las, ou verificar se as metas foram corretamente definidas. Este processo antecipa resultados indesejáveis, pois permite uma reorientação para os resultados esperados.

---

<sup>32</sup> Ver Anexo IV.

Em seguida, apresenta-se um conjunto de conceitos associados à monitorização de realizações e resultados que tencionam melhorar a leitura dos indicadores e garantir que as operações progrediam na direção correta.

-Indicadores de realização e resultado:

Prioridade de Investimento – desagregação das principais linhas de intervenção dos OT em que se insere o aviso;

Eixo – eixo de intervenção do PDCT-AC;

Designação do indicador – denominação do indicador, sendo evidente o que se pretende medir;

Fonte de informação – meio onde se encontra a informação correspondente ao indicador;

Método de cálculo – explicação de como se calcula o indicador;

Periodicidade – frequência da atualização da informação do indicador;

Valor base – valor atualizado do indicador no momento inicial;

Meta intermédia 2018 – valor da meta prevista para a primeira metade;

Meta final 2023 – valor da meta prevista para o final;

Taxa de realização 2018 – percentagem do valor da meta intermédia realizada; e

Taxa de realização 2023 – percentagem do valor da meta final realizada.

Para o seguimento da monitorização de realizações e resultados, importa criar uma bateria de indicadores de realização e resultado que suporte o Sistema de Monitorização. Com este pressuposto apresentam-se agora três conjuntos de indicadores:

Indicadores de realização Portugal 2020 e complementares;

Indicadores de resultado Portugal 2020 e complementares; e

Indicadores de resultado propostos.

Os primeiros dois conjuntos correspondem a uma escolha, de entre os indicadores disponibilizados pelo Portugal 2020, que mais se adequava às operações contratualizadas no PDCT-AC, juntamente com indicadores complementares que se consideraram necessários aquando da assinatura.

O último conjunto corresponde aos indicadores propostos para este Sistema de Monitorização, que procuram acrescentar uma leitura mais completa da intervenção das operações. Estes indicadores foram definidos segundo a lógica de permitirem uma medição contínua e sem necessidade de recolha de informação constante internamente, e ainda, colocados numa perspetiva de contribuição do Pacto para os mesmos e não como um resultado absoluto.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO PORTUGAL 2020 E COMPLEMENTARES			
PI	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE INFORMAÇÃO
2.3	B	Serviços da Administração Pública apoiados (nº).	CIMAC / municípios. - Nº de municípios com serviços online/total de municípios.
4.3	C	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano).	CIMAC / municípios. - Faturação elétrica dos edifícios abrangidos na PI 4.3.
5.1	E	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (nº).	CIMAC / municípios. - Plano Intermunicipal Adaptação às Alterações Climáticas.
		Nº de estudos, cartografia e outros documentos que visam a identificação dos riscos associados ao clima, contribuindo para o melhor conhecimento das áreas vulneráveis a esses riscos (nº).	CIMAC. - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.
		Nº de Planos Municipais / Intermunicipais / Regionais / Setoriais de adaptação às alterações climáticas elaborados para os diferentes níveis territoriais ou revistos no sentido da integração desta componente noutras políticas e planos (perspetiva de mainstreaming) (nº).	CIMAC. - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.
6.3	C	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiadas pelo apoio (nº).	CIMAC. - Projetos decorrentes da PI 6.3.
8.3	A	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (nº).	CIMAC / outros. - Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central.
8.8	A	Empresas que beneficiam de apoio (nº).	CIMAC / municípios / outros. - Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central. - Viveiros de empresas. - Cento de acolhimento empresarial.
9.1	D	Entidades acreditadas na bolsa de voluntariado (nº).	CIMAC. - Projeto comum para bolsa de voluntariado.
		Iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão ativa (nº).	CIMAC / municípios. - Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e do fomento da sua empregabilidade. - Posto Móvel de Acesso à Internet - cliques para a inclusão. - Loja Social.
		Parcerias com vista à inovação social pela cultura (nº).	CIMAC / municípios. - Saberes e sabores de outras gentes. - Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.
		Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura (nº).	CIMAC / municípios. - Saberes e sabores de outras gentes. - Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.
9.4	D	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (nº).	CIMAC. - Activ-IDADE.
9.7	D	Equipamentos sociais apoiados (nº).	Municípios. - Projetos decorrentes da PI 9.7.
10.1	D	Escolas abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível (ISCED 2) (nº).	CIMAC. - Projetos decorrentes da PI 10.1.
10.5	D	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (nº).	Municípios. - Projetos decorrentes da PI 10.5.

Quadro 34 – Indicadores de realização Portugal 2020 – Acordo de Parceria e complementares.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015). *Alentejo Central Pacto para o Desenvolvimento e Coesão*.

INDICADORES DE RESULTADO PORTUGAL 2020 E COMPLEMENTARES			
PI	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE INFORMAÇÃO
2.3	B	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (%).	DGEEC. - Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação. CIMAC / Municípios. - Nº de municípios com serviços online/total de municípios.
4.3	C	Consumo de energia primária na administração regional e local (tep).	CIMAC / Municípios. - Faturação elétrica dos edifícios abrangidos na PI 4.3.
5.1	E	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos (%).	CIMAC. - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.
		Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima (hectares).	CIMAC. - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.
6.3	C	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (nº).	INE. - Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. - Estatísticas do Turismo.
8.3	A	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%).	CIMAC / Outros. - Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central.
8.8	A	Postos de trabalho criados (nº).	CIMAC / Outros. - Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central. CIMAC / Municípios. - Viveiros de empresas. - Cento de acolhimento empresarial.
9.1	D	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado (%).	CIMAC. - Projeto comum para bolsa de voluntariado.
		Participantes nas iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão ativa (nº).	CIMAC. - Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e do fomento da sua empregabilidade. -Posto Móvel de Acesso à Internet - cliques para a inclusão. CIMAC / Municípios. - Loja Social.
		Locais alvo de ações de inovação social pela cultura (nº).	CIMAC / Municípios. - Saberes e sabores de outras gentes. CIMAC. - Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.
		Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura (%).	CIMAC / Municípios. - Saberes e sabores de outras gentes. CIMAC. - Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.
9.4	D	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (%).	CIMAC. - Activ-IDADE.
9.7	D	População beneficiada pelos equipamentos sociais intervencionados (nº).	CIMAC / Municípios. - Projetos decorrentes da PI 9.7.
10.1	D	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono escolar que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.1.

10.5	D	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.5.
------	---	--	--

Quadro 35 – Indicadores de resultado Portugal 2020 – Acordo de Parceria e complementares.

Fonte: Elaboração própria baseada em: CIMAC (2015). *Alentejo Central Pacto para o Desenvolvimento e Coesão*.

INDICADORES DE RESULTADO PROPOSTOS			
PI	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE INFORMAÇÃO
2.3	B	Proporção de câmaras municipais com presença na Internet (%).	DGEEC. - Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (IUTIC) - Câmaras municipais.
4.3	C	Consumo de energia elétrica, pela iluminação interior de edifícios do Estado (kWh).	DGEG. - Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural. INE. - Anuário Estatístico.
5.1	E	Incêndios florestais com duração superior a 24 horas (nº).	INE. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. - Anuário Estatístico.
6.3	C	Visitantes de museus (nº).	PORDATA. - Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros. INE. - Inquérito aos museus.
		Exposições realizadas (nº).	INE. - Inquérito às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias.
8.3	A	Oferta de emprego / Colocações (nº).	IEFP. - Centros de Emprego - Estatísticas Mensais por concelhos.
		Desempregados inscritos no IEFP (nº).	IEFP. - Centros de Emprego - Estatísticas Mensais por concelhos.
		Taxa de natalidade das empresas (%).	INE. - Demografia das empresas.
8.8	A	Nascimento de empresas (nº).	INE. - Demografia das empresas.
		Pessoal ao serviço no nascimento de empresas (nº).	INE. - Demografia das empresas.
		Taxa de natalidade das empresas (%).	INE. - Demografia das empresas.
9.4	D	Projetos / iniciativas / atividades concluídos/as de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde (nº).	CIMAC. - Activ-IDADE.
		Índice de coesão.	INE. - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.
9.7	D	Capacidade das respostas sociais (nº).	Carta Social. - Capacidade das Respostas Sociais.
		Taxa de cobertura dos equipamentos para idosos (%).	Carta Social. - Capacidade das Respostas Sociais. INE. - Estimativas anuais da população residente.
		Índice de coesão.	INE. - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.

10.1	D	Taxa de retenção e desistência (%).	DGEEC. - Regiões em números – Alentejo Volume IV.
		Taxa bruta de pré-escolarização e escolarização (%), por ensino básico e secundário. (média)	DGEEC. - Regiões em números – Alentejo Volume IV.
10.5	D	Alunos matriculados no ensino não superior (nº).	INE. - Anual - Ministério da Educação.
		Estabelecimentos de ensino (nº).	PORDATA. - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino.

Quadro 36 – Indicadores de resultado propostos.

Fonte: Elaboração própria.

A recolha de informação que sustente estes indicadores deverá acontecer de acordo com a execução dos projetos presentes no Pacto e com a disponibilização de dados por parte das entidades copromotoras municipais e não municipais, para que anualmente aconteça o apuramento geral dos indicadores apresentados.

Simultaneamente, e com uma periodicidade semestral e anual, interessa apresentar relatórios dos três domínios monitorizados, com toda a informação atualizada, a fim de identificar desvios e desenvolver correções para atingir os resultados esperados.

## CONCLUSÕES

Este relatório é o resultado do trabalho desenvolvido durante o estágio curricular e agrega um conjunto de concepções elaboradas no sentido de desenvolver uma proposta de Sistema de Monitorização para o PDCT-AC.

Tal como neste relatório existe uma estruturação em três capítulos principais, também se torna coerente retirar conclusões distintas de cada um deles.

Primeiramente, sobre as reflexões no enquadramento teórico e num período em que se discute a relevância das políticas de base territorial para o próximo período de programação, importa questionar de que forma pretendemos dar continuidade à sua implementação. Neste momento, aparenta ser lógico que temos de continuar a reduzir a persistente ineficiência e desigualdade dos territórios (Barca, 2009), no entanto existem agora mais abordagens possíveis que também são consideráveis, como a Política de Coesão a incidir apenas em cidades chave e que a partir daí toda a envolvente territorial retirasse o proveito dessa alavancagem (Medeiros, 2016a). Esta teoria apresenta um potencial interessante, se considerarmos que a depopulação é um dado adquirido e que não se consegue contrariar.

O desenvolvimento regional continuará a ser uma das preocupações mais veementes da Política de Coesão no pós 2020 e de acordo com John Bachtler e Lain Begg a inovação, o capital humano e instituições eficazes são três dimensões fulcrais no futuro da política, indicando que de acordo com a literatura a Política de Coesão ajustará as suas prioridades para a governação e enfoque territorial (Bachtler & Begg, 2018).

Os instrumentos de política de base territorial apresentam um enorme valor, visto que possibilitam que os atores que estão no território consigam fazer valer a sua opinião de proximidade em relação ao rumo de investimento nos seus recursos endógenos, deste modo é evidente a importância da sua continuação. Contudo, para melhorar a sua execução parece necessário uma capacitação dos recursos afetos à implementação destas políticas, onde a introdução mais afincada das universidades não apenas na participação, mas também na decisão, pode ser fundamental.

Outras conclusões surgem no seguimento do segundo capítulo deste relatório referente à experiência do estágio curricular, que apenas acontece devido à abertura da CIMAC no acolhimento de um estudante na sua primeira experiência profissional. O contacto dos alunos na academia com a realidade do mercado trabalho deveria ser colocada num patamar mais elevado de importância durante o percurso académico, uma vez que se constitui como um complemento essencial para a aprendizagem e na colocação em prática dos estudos lecionados.

Tanto a academia como as entidades empregadoras beneficiariam se existissem mais relações protocolares que estabelecessem ligações de proximidade para a realização de estágios curriculares, por um lado capacitavam-se os estudantes e por outro alimentava-se a produção de trabalho em prol do conhecimento.

O estágio curricular permitiu o contacto com a realidade de trabalho, resultando na realização da proposta para o Sistema de Monitorização do PDCT-AC apresentada, de onde se retiram as últimas conclusões. O PDCT-AC, à luz dos restantes, não apresenta as taxas de realização ideais para o período temporal decorrido, todavia este Pacto apresenta um substancial número de investimentos intermunicipais num valor considerável, o que é revelador da intenção de rentabilizar recursos e de promover projetos integrados.

A monitorização, e nomeadamente o sistema apresentado, pode ser mais uma ferramenta para auxiliar a alcançar melhores taxas de realização. Assim como, permite correções com base em decisões suportadas por indicadores. A monitorização é um processo fundamental para uma boa gestão e deve constituir-se como um instrumento tão importante como o próprio desenvolvimento da intervenção, somente com um acompanhamento adequado se garante o avanço em direção aos resultados esperados.

## BIBLIOGRAFIA

- AD&C. (2015). *Orientações Sobre o Sistema de Monitorização do Portugal 2020*. Lisboa.
- AD&C. (2017). *Política de Coesão da União Europeia: Processos de negociação e programação*. ISCTE, Lisboa.
- AD&C. (2017). *Relatório Intercalar do Acordo de Parceria*.
- Allulli, G. (2016). *From the Lisbon Strategy to Europe 2020*. Roma.
- Alves, T. (2011). *O Contributo das Iniciativas Comunitárias para o Desenvolvimento do Território - O caso do Município de Oliveira de Azeméis*. Tese não-publicada. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Azevedo, F. (2008). Tendências 2025: Riscos e incertezas de um mundo multipolar. *Cenários: Tendências e Futuros na Economia Global*, nº6, 3-12.
- Bachtler, J., & Begg, L. (2018). Beyond Brexit: Reshaping policies for regional development in Europe. *Pap Reg Sci*. 2018, 151-170.
- Baleiras, R. N. (2009). *Que mudanças na Política de Coesão para o horizonte 2020?* Universidade do Minho.
- Baráth, E. (2011). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre: O papel e as prioridades da política de coesão na Estratégia Europa 2020*. Bruxelas.
- Barca, F. (2009). *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: a Placed-based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations*. Relatório independente preparado para a Comissão da Política Regional, Danuta Hübner.
- Barca, F., McCann, P., & Rodríguez-Pose, A. (2012). The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science Vol. 52, No.1*, 134-152.
- Bohme, K., Holstein, F., & Toptsidou, M. (2015). *Report on the Assessment of Territorial Cohesion and Territorial Agenda 2020 of the European Union*. Spatial Foresight GmbH, Luxembourg.
- Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. Em *Handbook of Regional Growth and Development Theories* (pp. 118-132). Romania: Roberta Capello and Peter Nijkamp.
- Castells, M. (2008). *The Network Society*. Warsaw.
- CCDR Alentejo. (2014). *Portugal 2020. Programa Operacional Regional do Alentejo*.
- Centre, E. P. (2018). Technical University Delft, Netherlands.
- CIMAC & ADRAL. (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, Alentejo Central 2020*. Évora.
- CIMAC. (2015). *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central*. Évora.
- CIMBAL. (2015). *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo*. Beja.
- Comissão Europeia. (2004). *Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social*. Bruxelas.

- Comissão Europeia. (2010). *Comunicação da Comissão: Europa 2020, Estratégia para um crescimento inteligente sustentável e inclusivo*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2014a). *Estratégias de Inovação Regionais/Nacionais para a Especialização Inteligente (RIS3)*. União Europeia.
- Comissão Europeia. (2014b). *Horizon 2020 - O Programa-Quadro de investigação e Inovação da UE*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2014c). *Instrumentos Financeiros na Política de Coesão 2014-2020*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2014d). *Política Regional*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2015). *Fundos Estruturais e de Investimento Europeus 2014-2020: Textos e comentários oficiais*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2017). *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Bruxelas.
- Comité das Regiões. (2010). *A Sua Opinião sobre a Estratégia Europa 2020 - Principais conclusões, avaliação e implicações políticas*. União Europeia.
- Conselho Superior de Estatística. (2016). *Sistema de Indicadores de Contexto/Resultado do Portugal 2020, Relatório Final*. Secção Permanente de Estatística de Base Territorial.
- Cunha, M. (2009). O Planeamento Territorial como um Instrumento de Política para Operacionalização do Desenvolvimento Sustentável. *Millenium No 19*.
- Di Virgilio, M., & Romina, S. (2012). *Monitoreo y evaluación de políticas, programas y proyectos sociales*. Buenos Aires: CIPPEC y UNICEF. Argentina.
- Dotti, N. F. (2014). *EU Cohesion Policy: The Debate on the 2014-2020 Programming Period*. Vrije Universiteit, Brussel.
- European Anti-Poverty Network. (2011). *A Estratégia Europa 2020*. Bruxelas.
- European Commission. (2006). *The LEADER approach. A basic Guide*. Luxembourg.
- European Commission. (2007). *Strengthening project internal monitoring - How to enhance the role of EC task managers*. Reference Document No3. Office for Official Publications of the European Communities. Luxemburg.
- European Commission. (2010). *COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT - Elements for a Common Strategic Framework 2014 to 2020 (part I)*. Brussels.
- European Commission. (2014a). *Guidance on Community-Led Local Development for Local Actors*. European Union.
- European Commission. (2014b). *Integrated Sustainable Urban Development*. European Union.
- European Commission. (2014c). *Integrated Territorial Investment*. European Union.
- European Commission. (2014d). *The Programming Period 2014-2020 - Guidance Document on Monitoring and Evaluation, Concepts and Recommendations*. Bruxelles.

- European Court of Auditors. (2017). *Ex ante conditionalities and performance reserve in Cohesion: Innovative but not yet effective instruments*.
- Fernandes, J. M. (2013). *FUNDOS EUROPEUS, Quadro Financeiro Plurianual e os Instrumentos Financeiros*.
- Ferreira, F., & Seixas, P. C. (2017). Portugal 2020 e o novo glossário do desenvolvimento. *Brazilian Journal of Urban Management Vol 9, No 3*, 487-499.
- Ferry, M., Kah, S., & Bachtler, J. (2018). *Integrated territorial development: new instruments - new results?* Technical University Delft, Netherlands: European Policies Research Centre.
- Friedmann, J. (1989). Planning, Politics and the Environment. *Journal of the American Planning Association Vol 55, No 3*.
- Governo de Portugal. (2014a). *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Portugal.
- Governo de Portugal. (2014b). *Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020*. Portugal.
- Guinea, J. (2014). Guidelines to design and make operational monitoring systems to assess the progress of the innovation strategies for smart specialisations (RIS3). CITEK. *Project Policy Brief*.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2001). *Multi-level governance and European integration*. Lanham, Maryland.
- Inforegio. (2011). *Panorama 40, Política de Coesão 2014-2020, Investir em regiões da Europa*. União Europeia.
- Inforegio. (2013). *Panorama 48, Política de coesão 2014-2020, Dinâmica em evolução*. União Europeia.
- Matos, J. E. (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento 2020 da Região de Aveiro como Resposta aos Desafios Societais*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território.
- Medeiros, E. (2016a). *Territorial Cohesion and Medium Towns*. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Medeiros, E. (2016b). Territorial Cohesion: An European Concept. *European Journal of Spatial Development*.
- Mendez, C., & Bachtler, J. (2015). *Prospects for Cohesion Policy in 2014-20 and Beyond: Progress with Programming and Reflections on the Future*. University of Strathclyde, Glasgow: European Policies Research Centre.
- Mendez, C., Bachtler, J., & Wishlade, F. (2012). *Cohesion Policy After 2013: A Critical Assessment of the Legislative Proposals*. European Union.
- Neto, P., Serrano, M. M., Fermisson, J., Leal, G., & Duarte, N. (2015). *Estudos - Proposta de Sistema de Monitorização da Estratégia de Especialização Inteligente da Região Alentejo 2014-2020*. UMPP Estudos nº3. Universidade de Évora.
- OECD. (2009). *Regions Matter: Economic Recovery, Innovation and Sustainable Growth*. France.
- OECD. (2013). *Innovation-driven Growth in Regions: The Role of Smart Specialisation*. France.
- Pereira, J. (2011). *Europe 2020 - The European Strategy for Sustainable Growth. What Does It Look Like from Outside?* Germany.

- Rinaldi, D. (2016). *A NEW START FOR SOCIAL EUROPE*. Jacques Delors Institute. Paris.
- Romão, N. (2018). As Políticas Públicas nas Abordagens Territoriais Integradas. *Vigésima Sétima Conferência do Ciclo de Conferências: Políticas Públicas 2020*. Universidade de Évora, Évora: UMPP.
- Santos, M. O. (2012). *Os nossos mundos em 2020-2030*. Évora.
- Sapir, A., Aghion, P., Bertola, G., Hellwig, M., Pisaani-Ferry, J., Rosati, D., . . . Wallace, H. (2003). *An Agenda for a Growing Europe, Making the Economic System Deliver*. Report of an Independent High-Level Study Group established on the initiative of the President of the European Commission. Oxford University Press: Oxford.
- Slupinska, M. (2013). Place-Based Approach in New Cohesion Policy. Em C. Martin, & M. Jaciow, *La société de l'information perspective européenne et globale: l'espace européen de l'information, No 149* (pp. 2012-222). Katowice, Poland: Wydawnictwo Uniwersytetu Ekonomicznego w Katowicac.
- The World Bank. (2009). *World Development Report: Reshaping Economic Geography*. Washington.
- Thomas, K. (1994). Planning for sustainable development: an exploration of the potential role of town planners and the planning system. *Williams, C., Haughton, G. Perspectives Towards*.
- United Nations. (2012). *World Economic Situation Prospects*. New York.
- Zuber, P., Calak, R., Balinski, D., Brzozowy, A., Drejerska, N., Grabowska, B., . . . Siewierski, P. (2010). *National Strategy of Regional Development 2010-2020: Regions, Cities, Rural Areas*. Adopted by the Council of Ministers on 13 July 2020. Ministry of Regional Development. Warsaw.
- Zwet, A. V., Bachtler, J., Ferry, M., McMaster, I., & Miller, S. (2017). *Integrated territorial and urban strategies: how are ESIF adding value in 2014-2020*. Luxembourg.
- Zwet, A., Miller, S., & Gross, F. (2014). *A First Stock Take: Integrated Territorial Approaches in Cohesion Policy 2014-20*. European Policies Research Centre, University of Strathclyde, Glasgow.

## LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013.

## WEBGRAFIA

<https://ec.europa.eu>

<https://www.adcoesao.pt>

<https://www.cimac.pt>

<https://www.portugal2020.pt>

## ANEXOS

ANEXO I – QUADRO DE PROJETOS

PO	RE	PI	DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	BENEFICIÁRIO	FUNDO	EIXO
PORA	CI	02.03	Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (1ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	FEDER	B
PORA	CI	02.03	Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (2ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	SEUR	04.03	Programa de utilização de energias renováveis	MUNICÍPIO DE MORA	FEDER	C
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética: Edifício da antiga rodoviária	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética de edifícios e equipamentos municipais	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO		
PORA	SEUR	04.03	Otimização energética nas piscinas municipais	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	SEUR	04.03	Racionalização energética das piscinas cobertas	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética nas piscinas municipais de Arraiolos	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética no parque desportivo municipal	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência/racionalização energética / utilização de energias renováveis em equipamentos públicos	MUNICÍPIO DO REDONDO		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (1ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	SEUR	04.03	Eficiência energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (2ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
POSEUR	SEUR	05.01	Desenvolvimento de SIG para apoio à gestão de operações de socorro	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	FC	E
POSEUR	SEUR	05.01	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
POSEUR	SEUR	06.01	Sensibilização para a redução da produção de resíduos e aumento da taxa de reciclagem	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	SEUR	06.03	Grande Rota do Montado: Travessia do Alentejo Central	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	FEDER	C
PORA	SEUR	06.03	Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	SEUR	06.03	Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	ISE	08.03	Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central	OUTROS (SIZE)	FSE	A
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	FEDER	A
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE ALANDROAL		
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE MORA		
PORA	ISE	08.08	Centro de Acolhimento Empresarial	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO		
PORA	ISE	08.08	Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central	OUTROS (SIZE)		
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		

PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	08.08	Viveiro de Empresas	MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA		
POISE	ISE	09.01	Saberes e Sabores de Outras Gentes	MUNICÍPIO DE REDONDO		
PORA	ISE	09.01	Loja Social	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO		
PORA	ISE	09.01	Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (1ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	FSE	D
POISE	ISE	09.01	Projeto comum para bolsa de voluntariado	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
POISE	ISE	09.01	Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	ISE	09.01	Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	ISE	09.01	Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (2ª Fase)	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
POISE	ISE	09.04	Activ-IDADE	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	FSE	D
PORA	ISE	09.07	Ampliação de centros de dia e lares do concelho (Evoramonte, Veiros e S. Bento do Cortiço)	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da associação de reformados e idosos da freguesia da Malagueira	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Oficina Domiciliária	MUNICÍPIO DE MORA		
PORA	ISE	09.07	Horta Social	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da associação de idosos e reformados do Bacelo	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Requalificação e adaptação do edifício do Centro de Convívio da CME	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Centro Intergeracional de Reguengos de Monsaraz	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		
PORA	ISE	09.07	Centro Comunitário das Ilhas (Requalificação)	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do Centro de Dia de S. Miguel de Machede	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Ampliação do Centro Comunitário de S. Bartolomeu do Outeiro	MUNICÍPIO DE PORTEL		
PORA	ISE	09.07	Requalificação e adaptação de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário em Perolivas	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	FEDER	D
PORA	ISE	09.07	Centro Social de Aguiar	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO		
PORA	ISE	09.07	Ampliação do Centro Comunitário de Santana	MUNICÍPIO DE PORTEL		
PORA	ISE	09.07	Centro de Apoio à criança em risco ou com deficiência	MUNICÍPIO DE REDONDO		
PORA	ISE	09.07	Projeto de adaptação de espaço para centro de alojamento temporário/emergência	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	ISE	09.07	Projeto de adaptação do espaço da Antiga EB1 para criação de ATL	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	ISE	09.07	Requalificação de espaço em Estremoz	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da associação da Humanidade e Respeito pelos Idosos de Évora	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da associação reformados, pensionistas e idosos de Évora	MUNICÍPIO DE ÉVORA		

PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da associação de reformados, pensionistas e idosos da Horta das Figueiras	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Projeto de beneficiação do Centro de Dia do concelho	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	ISE	09.07	Requalificação de respostas sociais do Recolhimento de Nossa Senhora dos Mártires	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Centro Comunitário da Freguesia Monsaraz	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		
PORA	ISE	09.07	Requalificação de respostas sociais do Centro de Bem Estar Social de Estremoz	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Adaptação de espaço para Centro de Dia/Lar de Santa Vitória do Ameixial	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Adaptação de espaço para centro de dia/lar de S. Bento do Ameixial	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Adaptação de espaço para Centro de Dia/Lar de S. Domingos	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	ISE	09.07	Requalificação do edifício sede da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Évora	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	ISE	09.07	Centro Comunitário na Freguesia de Orada	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	ISE	09.07	Centro Comunitário na Freguesia de Rio de Moinhos	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	CH	10.01	Programa de prevenção do abandono escolar	MUNICÍPIO DE REDONDO		
PORA	CH	10.01	Requalificação e apetrechamento da Oficina da Criança	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	CH	10.01	Escola de Desporto Municipal	MUNICÍPIO DE ALANDROAL		
PORA	CH	10.01	Cremlde - Centro de Recursos Móvel de Informação, Lazer, Desporto e Educação	MUNICÍPIO DE PORTEL		
PORA	CH	10.01	Escolinha "Aprender a Praticar"	MUNICÍPIO DE MOURÃO		
PORA	CH	10.01	Oficina da Criança	MUNICÍPIO DE ALANDROAL		
PORA	CH	10.01	Plano de prevenção do abandono escolar e de apoio a necessidades educativas no Concelho RM	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		
PORA	CH	10.01	Plano de Apoio ao Combate ao Insucesso Escolar	MUNICÍPIO DE MORA		
PORA	CH	10.01	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Évora	MUNICÍPIO DE ÉVORA		
PORA	CH	10.01	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Montemor-O-Novo	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	FSE	D
PORA	CH	10.01	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Viana do Alentejo	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO		
PORA	CH	10.01	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Estremoz	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		
PORA	CH	10.01	Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar	CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL		
PORA	CH	10.01	Aprender a Ser - Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS		
PORA	CH	10.01	(+) Tecnologia na Escola	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS		
PORA	CH	10	Projeto "Interagir para melhorar"	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS		
PORA	CH	10.01	Centro Municipal de Ocupação e Valorização da Juventude	MUNICÍPIO DE BORBA		
PORA	CH	10.05	Requalificação cozinhas do polivalente de Cortiçadas de Lavre	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO		
PORA	CH	10.05	Requalificação da Escola Básica nº2 - Extensão do Centro	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	FEDER	D
PORA	CH	10.05	Requalificação JI Santiago Escoural	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO		
PORA	CH	10.05	Requalificação do Recreio Escolar de Mora	MUNICÍPIO DE MORA		
PORA	CH	10.05	Remodelação da cantina escola de Vila Viçosa - cozinha e refeitório	MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA		

PORA	CH	10.05	Requalificação da EB Lavre	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação do Parque Escolar do 1º Ciclo e Pré- Escolar: Foros da Misericórdia	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS
PORA	CH	10.05	Intervenção em coberturas para remoção de placas de fibrocimento suscetíveis de conterem amianto e execução de novo revestimento	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Centro Escolar de Terena (remodelação e ampliação) - integração 1º ciclo com pré-escolar	MUNICÍPIO DE ALANDROAL
PORA	CH	10.05	Equipamentos informáticos das escolas EBI	MUNICÍPIO DE MOURÃO
PORA	CH	10.05	Requalificação do campo de jogos desportivos da escola do Bairro da Câmara (EB1)	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Renovação do parque informático das escolas do concelho	MUNICÍPIO DE MORA
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB S. Cristóvão	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Beneficiação e apetrechamento informático da EB1	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS
PORA	CH	10.05	Cantina da EBI Granja	MUNICÍPIO DE MOURÃO
PORA	CH	10.05	Requalificação do JI nº1 Montemor	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação do refeitório escolar de Montemor	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB Ciborro	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação da escola de S. Mamede (EB)	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Atualização dos equipamentos informáticos das escolas	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
PORA	CH	10.05	Modernização de recursos TIC nos Jardins de Infância de Nora, Orada e Rio de Moinhos	MUNICÍPIO DE BORBA
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB Cortiçadas Lavre	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Mobiliário das escolas	MUNICÍPIO DE MOURÃO
PORA	CH	10.05	Modernização e informatização das EB1 e jardins de infância	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB Santiago Escoural	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação dos sanitários da EB1 de S. Marcos do Campo	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
PORA	CH	10.05	Requalificação de edifícios da Rede Escolar do 1º Ciclo do Concelho de Reguengos de Monsaraz	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
PORA	CH	10.05	Requalificação da escola Básica nº1 de Reguengos de Monsaraz	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
PORA	CH	10.05	Requalificação da EBI Manuel Ferreira Patrício (EB1)	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB nº1 Montemor	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação da escola EB2,3 D. João de Portel	MUNICÍPIO DE PORTEL
PORA	CH	10.05	Requalificação da EB Vendas-Silveiras	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO
PORA	CH	10.05	Requalificação do refeitório da EB da Cruz da Picada	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Requalificação da escola de Almeirim (EB)	MUNICÍPIO DE ÉVORA
PORA	CH	10.05	Construção do Centro Escolar da Horta das Figueiras	MUNICÍPIO DE ÉVORA

Fonte: CIMAC.









ANEXO III – MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

PO	RE	PI	IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO		BENEFICIÁRIO	FEEI PREVISTOS		AVISO N.º	CANDIDATURA SUBMETIDA A	TERMO DE ACEITAÇÃO	APROVADO			
						FEDER	FSE/FC				OPERAÇÃO N.º	NOME	FEDER	FSE / FC
PORA	CI	2.3	Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa	1	CIMAC	1.396.439 €		ALT20-50-2016-17	23-12-2016	02-05-2017	ALT20-09-0550-FEDER-000014	MODERNIZAÇÃO-AC2020	1.312.653 €	0 €
PORA	SEUR	4.3	Eficiência energética na IP e Edifícios públicos	1	CIMAC	5.300.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Eficiência energética piscinas municipais	1	Arraiolos	340.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Optimização energética nas piscinas municipais	1	Borba	85.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Eficiência energética: Edifício da antiga rodoviária	1	Évora	510.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Programa de utilização de Energias Renováveis	1	Mora	340.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Eficiência/ Racionalização energética/ utilização de energias renováveis nos equipamentos públicos	1	Redondo	365.500 €								
PORA	SEUR	4.3	Racionalização Energética nas Piscinas Cobertas de Reguengos de Monsaraz	1	Reguengos de Monsaraz	102.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Eficiência Energética no Parque Desportivo Municipal (antes: Requalificação do parque escolar do 1º Ciclo e Pré-escolar com vista à eficiência energética do edificado)	1	Vendas Novas	340.000 €								
PORA	SEUR	4.3	Eficiência energética de edifícios e equipamentos municipais	1	Viana do Alentejo	68.000 €								
POSEUR	SEUR	5.1	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	1	CIMAC		170.000 €	POSEUR-08-2016-46	02-08-2016	22-11-2016	POSEUR-02-17-08-FC-000005	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central	0 €	166.311,40 €
POSEUR	SEUR	5.1	SIG de apoio à gestão de operações de socorro	1	CIMAC		130.000 €	POSEUR-08-2016-74	28-03-2017	21-06-2017	POSEUR-02-1708-FC-000033	Produção de Informação Geográfica de apoio à Adaptações às Alterações Climáticas	0 €	148.402,49 €
POSEUR	SEUR	6.1	Sensibilização para a redução da produção de resíduos e aumento da taxa de reciclagem	1	CIMAC		0 €	POSEUR-11-2016-47	28-07-2016	-	POSEUR-03-19-11-FC-000103	Acções de sensibilização para a redução da produção de resíduos e aumento da taxa de reciclagem	0 €	0,00 €
PORA	SEUR	6.3	Grande Rota do Montado – Travessia do Alentejo Central	1	CIMAC	1.275.000 €		ALT20-14-2016-03	12-09-2017		ALT20-08-2114-FEDER-000145	Grande Rota do Montado	2.373.178 €	
PORA	SEUR	6.3	Sistema de Fruição do Património natural e cultural do Alentejo Central	1	CIMAC	2.244.000 €								
PORA	SEUR	6.3	Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo)	1	CIMAC	1.275.000 €		ALT20-14-2016-03	23-12-2016	20-06-2017	ALT20-08-2114-FEDER-000125	Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora e Alentejo Central	1.732.500 €	0 €
PORA	ISE	8.3	Programa Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME - AC	1	OUTROS (SI2E)		2.125.000 €	ALT20-M7-2017-08	15-06-2017			SI2E - FSE (34 candidaturas)		0 €
PORA	ISE	8.8	Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME (componente FEDER - a articular com 8.3)	1	OUTROS (SI2E)	993.430 €		ALT20-M7-2017-08	15-06-2017			SI2E - FEDER (40 candidaturas)	872.000 €	
PORA	ISE	8.8	Viveiro de empresas	1	Alandroal	85.000 €								





PORA	CH	10.1	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Estremoz (NOVO)	1	Estremoz		78.115,00 €	ALT20-66-2016-28	07-07-2017		ALT20-02-5266-FSE-000051	PIICIE Estremoz	0 €	78.115 €
PORA	CH	10.1	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de EVORA (REFORMULADO)	1	Évora		320.644,44 €	ALT20-66-2016-28	28-04-2017		ALT20-02-5266-FSE-000029	EducArte - Projeto Municipal de Promoção do Sucesso Escolar	0 €	316.730 €
PORA	CH	10.1	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de MONTEMOR O NOVO (REFORMULADO)	1	Montemor-o-Novo		756.500,00 €	ALT20-66-2016-28	29-06-2017		ALT20-02-5266-FSE-000041	PIICIE Montemor 'Comunidade empenhada na promoção do sucesso escolar em Montemor-o-Novo'	0 €	756.384 €
PORA	CH	10.1	Plano de Apoio ao Combate ao Insucesso Escolar (REFORMULADO)	1	Mora		361.049,00 €	ALT20-66-2016-28	29-06-2017		ALT20-02-5266-FSE-000039	PIICIE Mora		360.988 €
PORA	CH	10.1	Escola Municipal de Desporto	0	Mora		0,00 €							
PORA	CH	10.1	Escolinha "Aprender a Praticar" (NOVO)	1	Mourão		148.750,00 €	ALT20-66-2016-28	28-06-2017		ALT20-02-5266-FSE-000038	PIICIE Mourão 'Projeto Aprender a Praticar'		145.159 €
PORA	CH	10.1	Cremilde - Centro de Recursos Móvel de Informação, Lazer, Desporto e Educação	1	Portel		170.000,00 €	ALT20-66-2016-28	31-05-2017		ALT20-02-5266-FSE-000035	PIICIE Portel	0 €	170.000 €
PORA	CH	10.1	Programa de prevenção do abandono escolar	1	Redondo		152.509,89 €	ALT20-66-2016-28	14-07-2017		ALT20-02-5266-FSE-000058	PIICIE Redondo	0 €	152.509 €
PORA	CH	10.1	Plano de prevenção do abandono escolar e de apoio a necess. Educat. no Concelho RM	1	Reguengos de Monsaraz		376.300,00 €	ALT20-66-2016-28	12-07-2017		ALT20-02-5266-FSE-000054	PIICIE Reguengos de Monsaraz	0 €	316.532 €
PORA	CH	10.1	+ Tecnologia na Escola	1	Vendas Novas		212.500,00 €							
PORA	CH	10.1	Aprender a Ser – Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais	1	Vendas Novas		89.750,00 €	ALT20-66-2016-28	28-04-2017		ALT20-02-5266-FSE-000031	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	0 €	269.878 €
PORA	CH	10.1	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Município de Viana do Alentejo (NOVO)	1	Viana do Alentejo		210.605,00 €							
PORA	CH	10.1	Bolsa Municipal Mestre & Aprendiz (bolsa apoio inclusão e combate abandono esc)	0	Viana do Alentejo		0,00 €	ALT20-66-2016-28	12-07-2017		ALT20-02-5266-FSE-000053	PIICIE Viana do Alentejo	0 €	210.605 €
PORA	CH	10.5	Centro Escolar de Terena (remodelação e ampliação) - integração 1º ciclo com pré-escolar	1	Alandroal	305.415 €		ALT20-73-2016-02	15-03-2016	01-06-2016	ALT20-02-5673-FEDER-000005	Centro Escolar de Terena - Remodelação e Ampliação	243.967 €	0 €
PORA	CH	10.5	Projeto de beneficiação e apetrechamento informático das EB1	1	Arraiolos	25.500 €		ALT20-73-2016-02	15-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000052	Beneficiação e Apetrechamento Informática das EB1's do concelho de Arraiolos	25.574 €	
PORA	CH	10.5	Modernização de recursos TIC nos Jardins de Infância de Nora, Orada e Rio de Moinhos	1	Borba	93.500 €								
PORA	CH	10.5	Modernização e informatização das EB1 e jardins de infância	1	Estremoz	127.500 €		ALT20-73-2016-02	02-12-2016	21-04-2017	ALT20-02-5673-FEDER-000042	Modernização e informatização das EB1 e jardins-de-infância do concelho de Estremoz	58.238 €	0 €
PORA	CH	10.5	Construção do Centro Escolar da Horta das Figueiras (EB/JI)	1	Évora	0 €		ALT20-73-2016-02	28-10-2016	-	ALT20-02-5673-FEDER-000026	Requalificação e modernização da Escola JI Horta das Figueiras	0 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação da escola de S. Mamede (EB)	1	Évora	245.336 €		ALT20-73-2016-02	28-10-2016	23-02-2017	ALT20-02-5673-FEDER-000025	Requalificação e modernização da Escola de S. Mamede	245.336 €	

PORA	CH	10.5	Requalificação do refeitório da EB da Cruz da Picada	1	Évora	46.517 €		ALT20-73-2016-02	18-05-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000044	Requalificação e modernização da Escola da Cruz da Picada	37.684,72 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação da escola de Almeirim (EB)	1	Évora	262.194 €		ALT20-73-2016-02	20-06-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000045	Ampliação da Escola Básica do Bairro de Almeirim	155.304 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação do JI do Bairro de Santo António (NOVA)	1	Évora	35.667 €		ALT20-73-2016-02	23-08-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000049	Requalificação do JI do Bairro de Santo António	36.208 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação da EB1 Manuel Ferreira Patrício (EBI)	1	Évora	0 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação do campo de jogos desportivos da escola do Bairro da Câmara (EB1)	1	Évora	0 €								
PORA	CH	10.5	Intervenção em coberturas para remoção de placas de fibrocimento suscetíveis de conterem amianto e execução de novo revestimento	1	Évora	9.082 €		ALT20-73-2016-02	28-10-2016	18-04-2017	ALT20-02-5673-FEDER-000024	Intervenção integrada de remoção das coberturas de fibrocimento	9.082 €	
PORA	CH	10.5	Saldo remanescente	1	Évora	219.754 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação EB nº1 Montemor	1	Montemor-o-Novo	255.000 €		ALT20-73-2016-02	21-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000053	Requalificação da EB1 de Montemor-o-Novo e Refeitório Escolar	392.700 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação EB nº3 Montemor	1	Montemor-o-Novo	21.250 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação EB Lavre	1	Montemor-o-Novo	63.750 €		ALT20-73-2016-02	28-12-2017		0 €	0 €	0 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação EB Cortiçadas Lavre	1	Montemor-o-Novo	106.250 €		ALT20-73-2016-02	28-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000060	Requalificação da EB e JI de Cortiçadas Lavre	130.900 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação EB S. Cristóvão	1	Montemor-o-Novo	21.250 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação EB Vendas-Silveiras	1	Montemor-o-Novo	17.000 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação EB Ciborro	1	Montemor-o-Novo	63.750 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação JI nº1 Montemor	1	Montemor-o-Novo	42.500 €		ALT20-73-2016-02	28-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000057	Requalificação JI nº1 Montemor	102.850 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação EB Santiago Escoural	1	Montemor-o-Novo	148.750 €		ALT20-73-2016-02	28-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000056	Requalificação da EB e JI de Santiago do Escoural	139.400 €	
PORA	CH	10.5	Requalificação JI Santiago Escoural	1	Montemor-o-Novo	42.500 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação refeitório escolar de Montemor	1	Montemor-o-Novo	51.000 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação cozinha do polivalente de Cortiçadas de Lavre	1	Montemor-o-Novo	17.000 €								
PORA	CH	10.5	Requalificação do Recreio Escolar de Mora	1	Mora	42.500 €		ALT20-73-2016-02	03-06-2016	23-08-2016	ALT20-02-5673-FEDER-000014	Requalificação da Zona de Recreio da Escola de Mora	30.604,72 €	0 €
PORA	CH	10.5	Renovação do parque informático das escolas do concelho	1	Mora	17.000 €		ALT20-73-2016-02	16-06-2016	21-09-2016	ALT20-02-5673-FEDER-000016	Equipamento Informático para as Escolas do Concelho	0,00 €	0 €
PORA	CH	10.5	Cantina EBI Granja	1	Mourão	29.750 €								
PORA	CH	10.5	Mobiliário das escolas EBI e pré-escolar de Mourão e Granja	1	Mourão	123.250 €		ALT20-73-2016-02	29-12-2017		ALT20-02-5673-FEDER-000062	Aquisição de equipamentos para as instalações da educação pré-escolar e ensinos básico do concelho de Mourão	134.118 €	



ANEXO IV – MONITORIZAÇÃO DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS

PO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR DE REALIZAÇÃO	FONTE DE INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	VALOR BASE	METAS		REALIZAÇÃO	
							2018	2023	2018	2023
PORA	02.03 – O Reforço das aplicações TIC a administração em linha, a infoinclusão a cultura em linha e a saúde em linha.	B	Serviços da Administração Pública apoiados (nº).	CIMAC / Municípios. -Nº de municípios com serviços online/total de municípios.	Anual		10	14		
PORA	04.03 – A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação.	C	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano).	CIMAC / Municípios. -Faturação elétrica dos edifícios abrangidos na PI 04.03.	Anual		3.967.991	7.935.982		
POSEUR	05.01 – A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas.	E	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (nº).	CIMAC / Municípios. -Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual		14	14		
			Nº de estudos, cartografia e outros documentos que visam a identificação dos riscos associados ao clima, contribuindo para o melhor conhecimento das áreas vulneráveis a esses riscos (nº).	CIMAC. -Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual		1	1		
			Nº de Planos Municipais / Intermunicipais / Regionais / Setoriais de adaptação às alterações climáticas elaborados para os diferentes níveis territoriais ou revistos no sentido da integração desta componente noutras políticas e planos (perspetiva de mainstreaming) (nº).	CIMAC. -Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual		1	1		
POSEUR	06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.	E								
PORA	06.03 – A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	C	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiadas pelo apoio (nº).	CIMAC. -Projetos decorrentes da PI 06.03.	Anual		14.100	37.600		
PORA	08.03- Criação de emprego por conta própria, Empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	A	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (nº).	CIMAC / Outros. -Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central.	Anual		14	42		
PORA	08.08 – A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.	A	Empresas que beneficiam de apoio (nº).	CIMAC / Municípios / Outros. -Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central. -Viveiros de empresas. -Cento de acolhimento empresarial.	Anual		5	21		

PORA	09.01 – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	D	Entidades acreditadas na bolsa de voluntariado (nº).	CIMAC. -Projeto comum para bolsa de voluntariado.	Anual		188	500		
			Iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão ativa (nº).	CIMAC / Municípios. -Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e do fomento da sua empregabilidade. -Posto Móvel de Acesso à Internet - cliques para a inclusão. -Loja Social.	Anual		35	60		
			Parcerias com vista à inovação social pela cultura (nº).	CIMAC / Municípios. -Saberes e Sabores de outras gentes. -Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.	Anual		6	10		
			Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura (nº).	CIMAC / Municípios. -Saberes e Sabores de outras gentes. -Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.	Anual		77	205		
POISE	09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	D	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (nº).	CIMAC. -Activ-IDADE.			5	13		
PORA	09.07- Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	D	Equipamentos sociais apoiados (nº).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 09.07.	Anual		6	17		
PORA	10.01 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.	D	Escolas abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível (ISCED 2) (nº).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.01.	Anual		7	14		
PORA	10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.	D	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (nº).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.05.	Anual		200	476		

Fonte: Elaboração própria.

Legenda:

Vermelho – Prioridade Investimento desconstratualizada.

PO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	VALOR BASE 2014	METAS		REALIZAÇÃO	
							2018	2023	2018	2023
PORA	02.03 - O Reforço das aplicações TIC a administração em linha, a infoinclusão a cultura em linha e a saúde em linha.	B	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (%).	DGEEC. -Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação. CIMAC / Municípios. -Nº de municípios com serviços online/total de municípios.	Anual		21%	100%		
PORA	04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação.	C	Consumo de energia primária na administração regional e local (tep).	CIMAC / Municípios. -Faturação elétrica dos edifícios abrangidos na PI 04.03.	Anual		853	1.706		
POSEUR	05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas.	E	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos (%).	CIMAC. -Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual		0%	15%		
			Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima (hectares).	CIMAC. -Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual		739.376	739.376		
POSEUR	06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.	E								
PORA	06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	C	(aumento) Dormidas estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (nº).	INE. -Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. -Estatísticas do Turismo.	Anual		37.600	65.800		
PORA	08.03 - Criação de emprego por conta própria, Empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	A	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%).	CIMAC / Outros. -Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central.	Anual		50%	50%		
PORA	08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.	A	Postos de trabalho criados (nº).	CIMAC / Outros. -Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central. CIMAC / Municípios. -Viveiros de empresas. -Cento de acolhimento empresarial.	Anual		7	31		

PORA	09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	D	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado (%).	CIMAC. -Projeto comum para bolsa de voluntariado.	Anual		70%	90%		
			Participantes nas iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão ativa (nº).	CIMAC. -Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e do fomento da sua empregabilidade. -Posto Móvel de Acesso à Internet - cliques para a inclusão. CIMAC / Municípios. -Loja Social.	Anual		1.250	2.000		
			Locais alvo de ações de inovação social pela cultura (nº).	CIMAC / Municípios. -Saberes e sabores de outras gentes. CIMAC. -Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.	Anual		4	12		
			Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura (%).	CIMAC / Municípios. -Saberes e sabores de outras gentes. CIMAC. -Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura.	Anual		70%	90%		
POISE	09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	D	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (%).	CIMAC. -Activ-IDADE.	Anual		70%	90%		
PORA	09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	D	População beneficiada pelos equipamentos sociais intervencionados (nº).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 09.07.	Anual		25.000	100.000		
PORA	10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.	D	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono escolar que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.01.	Anual		15%	40%		
PORA	10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.	D	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos).	CIMAC / Municípios. -Projetos decorrentes da PI 10.05.	Anual		30%	80%		

Fonte: Elaboração própria.

Legenda:

Vermelho – Prioridade Investimento desconstratualizada.

PO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	EIXO	DESIGNAÇÃO DO INDICADOR DE RESULTADO (PROPOSTO)	FONTE DE INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	VALOR BASE	METAS		REALIZAÇÃO	
						2013	2014	2018	2023	2018
PORA	02.03 - O Reforço das aplicações TIC a administração em linha, a infoinclusão a cultura em linha e a saúde em linha.	B	Proporção de câmaras municipais com presença na Internet (%), por tipo de funcionalidade (média).	DGEEC. -Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (IUTIC) - Câmaras municipais. (NUTIII).	Anual	39,30%	38,25%			
			Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados nos últimos 12 meses (nº).	INE. -Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (IUTIC) – Famílias. (NUTII).	Anual	150.975	134.713			
PORA	04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação.	C	Consumo de energia elétrica (kWh), pela iluminação interior de edifícios do Estado.	DGEG. -Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural. (MUNICÍPIO). INE. -Anuário Estatístico.	Anual	41.134.862	42.336.476			
POSEUR	05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas.	E	Incêndios florestais com duração superior a 24 horas (n.º).	INE. -Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (NUTIII). INE. -Anuário Estatístico. (NUTIII).	Anual	0	0			
POSEUR	06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.	E								
PORA	06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	C	Visitantes de museus (nº).	PORDATA. -Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros. (MUNICÍPIO). INE. -Inquérito aos museus. (MUNICÍPIO).	Anual	294.643	250.890			
			Exposições realizadas (nº).	INE. -Inquérito às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias. (MUNICÍPIO).	Anual	260	202			
PORA	08.03 - Criação de emprego por conta própria, Empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	A	Oferta de emprego / Colocações (nº).	IEFP. -Centros de Emprego - Estatísticas Mensais por concelhos. (NUTIII).	Anual / Mensal	185 / 130	171 / 160			
			Desempregados inscritos no IEFP (nº).	IEFP. -Centros de Emprego - Estatísticas Mensais por concelhos. (NUTIII).	Anual / Mensal	1.344	1.224			
			Taxa de natalidade das empresas (%) (por forma jurídica).	INE. -Demografia das empresas. (NUTIII).	Anual	14,75%	13,60%			

PORA	08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.	A	Taxa de natalidade das empresas (%) (por atividade económica).	INE. -Demografia das empresas. (NUTIII).	Anual	14,75%	13,60%			
			Nascimento de empresas (nº) (por atividade económica).	INE. -Demografia das empresas. (NUTIII).	Anual	2.690	2.510			
			Pessoal ao serviço no nascimento de empresas (nº).	INE. -Demografia das empresas. (NUTIII).	Anual	3.185	3.163			
PORA	09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	D								
POISE	09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	D	Projetos / iniciativas / atividades concluídos/as de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde (nº).	CIMAC. -Activ-IDADE.	Anual					
			Índice de coesão (Portugal = 100).	INE. -Índice Sintético de Desenvolvimento Regional. (NUTIII).	Anual	102,42	103,48			
PORA	09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	D	Capacidade das respostas sociais (nº) por tipologias. (total)	Carta Social. -Capacidade das Respostas Sociais. (MUNICÍPIO). INE. -Estimativas anuais da população residente. (MUNICÍPIO).	Anual					
			Taxa de cobertura dos equipamentos para idosos (%).	Carta Social. -Capacidade das Respostas Sociais. INE. -Estimativas anuais da população residente. (NUTIII).	Anual	20,57%	20,63%			
			Índice de coesão (Portugal = 100).	INE. -Índice Sintético de Desenvolvimento Regional. (NUTIII).	Anual	102,42	103,48			
PORA	10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.	D	Taxa de retenção e desistência (%), por ensino básico e secundário. (média)	DGEEC. -Regiões em números – Alentejo Volume IV. (NUTIII).	Anual	14,30%	12,45%			
			Taxa bruta de pré-escolarização e escolarização (%), por ensino básico e secundário. (média)	DGEEC. -Regiões em números – Alentejo Volume IV (NUTIII).	Anual	111,10%	112,17%			
PORA	10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.	D	Alunos matriculados no ensino não superior (nº), por nível de ensino.	INE. -Anual - Ministério da Educação. (NUTIII).	Anual	25.006	24.755			
			Estabelecimentos de ensino (nº), por nível de ensino.	PORDATA. -Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino. (MUNICÍPIO).	Anual	224	223			

Fonte: Elaboração própria.

Legenda:

Vermelho – Prioridade Investimento desconstratualizada.